

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

**BOLSISTA:** ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

**LINHA DE PESQUISA:** PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

**PERÍODO DA COLETA:** 01/05/2023 até 31/05/2023

**DATA DA NOTÍCIA:** 01/05/2023

Título: América Latina celebra Dia Internacional dos Trabalhadores com marchas em diversos países

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/01/america-latina-celebra-dia-internacional-dos-trabalhadores-com-marchas-em-diversos-paises>

Trabalhadores de toda a América Latina se mobilizarão neste 1º de maio em vários países da região em defesa de direitos e em comemoração ao Dia Internacional do Trabalhador. As mobilizações têm sido convocadas por sindicatos, que aproveitam a data para reivindicar direitos e, em alguns casos, defender o processo de mudanças empreendido por seus governantes.

Na Argentina, organizações sociais e sindicais se reúnem nesta segunda-feira na capital, Buenos Aires, em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) no país. Membros de grupos como o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Popular, o Movimento Evita, a Corrente de Classe Combativa (CCC), a Frente Milagro Sala, Barrios de Pie e a Frente Pátria Grande se reunirão na Avenida de Mayo, de onde marcharão em direção à Casa Rosada.

No Brasil, as centrais sindicais realizarão eventos nas principais cidades do país. Na véspera das manifestações, Lula anunciou o aumento do salário mínimo e indicou que enviará um projeto ao Congresso para que ele seja reajustado de acordo com a inflação anual. Representantes da Central Unitária de Trabalhadores (CUT) convocaram a população a participar do evento na cidade de São Paulo (SP), que contou com a presença do mandatário brasileiro.

O presidente boliviano, Luis Arce, liderará a Grande Marcha na cidade de La Paz, convocada pela Central Operária Boliviana (COB). Espera-se que Luis Arce faça alguns anúncios em favor da classe trabalhadora, em resposta às demandas da COB. Segundo informações da organização, a mobilização percorrerá as principais ruas e avenidas da capital boliviana.

No Chile, os sindicatos de trabalhadores convocaram seus membros a marchar para exigir uma reforma tributária e previdenciária, contra a precarização do trabalho. A mobilização partirá da sede da Central Unitária dos Trabalhadores (CUT) para o Centro Gabriela Mistral, onde está agendado o ato principal.

Entre as reivindicações do movimento sindical chileno estão uma melhor redistribuição de renda, aposentadorias dignas, mais empregos e a implementação da Convenção 190 contra violência e assédio no trabalho. Apesar das reivindicações, os trabalhadores conseguiram conquistas importantes como a redução gradual da jornada de trabalho de 45 para 40 horas em cinco anos e o aumento do salário mínimo.

Sob o lema de "segurança, trabalho e vida", os principais sindicatos de trabalhadores do Equador convocaram mobilizações no país. A Frente Unitária dos Trabalhadores (FUT) e outras organizações do movimento social cobram a renúncia do presidente Guillermo Lasso por considerar sua gestão ineficiente diante dos problemas que afligem a maioria da população.

O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), sindicatos e organizações sociais convidaram os trabalhadores a participar de eventos na capital para expressar seu apoio ao presidente Nicolás Maduro. Os trabalhadores se reunirão em vários pontos da cidade de Caracas a partir das 10h (horário de Caracas) e depois marcharão para a sede do evento central.

No Peru, Paraguai e Uruguai, organizações sindicais e centrais sindicais também convocaram eventos para comemorar o Dia Internacional do Trabalhador. Manifestações e eventos para comemorar esta data também acontecerão em vários países da Europa e da Ásia.

### **DATA DA NOTÍCIA: 02/05/2023**

Título: Capital do Paraguai é tomada por protestos contra resultado das eleições

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/02/capital-do-paraguai-e-tomada-por-protestos-contra-resultado-das-eleicoes>

A capital do Paraguai, Assunção, foi palco de protestos nesta segunda-feira. Manifestantes se reuniram nas adjacências do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral e em mais 30 pontos da cidade para expressar o descontentamento com o resultado das eleições, que levou ao poder o candidato de direita Santiago Peña, do partido Colorado.

Foram registrados conflitos com a polícia com uso de gás lacrimogêneo e bala de borracha. Os manifestantes, em grande maioria apoiadores do candidato de extrema-direita Payo Cubas (Cruzada Nacional), alegam fraude eleitoral.

Vídeos divulgados nas redes sociais por eleitores de Cubas mostram supostas irregularidades no pleito, estratégia semelhante à usada por simpatizantes de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições brasileiras de 2022.

Apesar de ter ficado atrás de Peña e do candidato de centro-esquerda Efraín Alegre, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), Payo teve desempenho expressivo e obteve 23% dos votos. Seu partido elegeu cinco parlamentares no senado e na Câmara de Deputados.

Cubas ainda solicitou uma auditoria do software utilizado no processo de apuração e a recontagem manual dos votos com a presença de observadores internacionais. A exigência foi endossada por Efraín Alegre e Euclides Acevedo (Movimento Político da Nova República).

Efraín disse, por meio de sua conta no twitter, que "diante das numerosas denúncias apresentadas em relação às eleições de ontem exigimos que o TSJE [Tribunal Eleitoral] realize, imediatamente, a recontagem manual de 10% das mesas escolhidas aleatoriamente em cada colégio eleitoral do país."

Os protestos foram tomados por jovens descontentes com a política tradicional. No país, a política tem sido polarizada pelos partidos de Efraín e Peña, ambos centenários.

A sigla do futuro mandatário governa o Paraguai há quase 70 anos e teve apenas uma vez a sua permanência no poder interrompida, com a chegada de Fernando Lugo à Presidência. Lugo foi eleito em 2009 e foi retirado do cargo através de um golpe em 2012.

De acordo com o Tribunal Eleitoral, Santiago Peña obteve 42,7% dos votos com 90% das urnas apuradas, Alegre 27% e Cubas 23%. Segundo cronograma divulgado pela instituição, os resultados das eleições no Paraguai serão divulgadas oficialmente no próximo 24 de maio.

## **DATA DA NOTÍCIA: 02/05/2023**

Título: Protesto lembra crianças assassinadas em escolas e pede aprovação do PL das 'Fake News'

Fonte pesquisada: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/protesto-lembra-criancas-assassinadas-em-escolas-e-pede-aprovacao-do-pl-das-fake-news/>

A plataforma de mobilização da sociedade civil Avaaz promoveu na manhã desta terça-feira (2) uma manifestação pela aprovação na Câmara do chamado PL das Fake News (Projeto de Lei 2.630/2020). A mobilização fez menção às crianças assassinadas em atentados terroristas em escolas do Brasil desde 2012. Foram espalhadas 35 mochilas vazias no gramado do Congresso Nacional, que representam 35 crianças ou jovens vítimas de ataques. A montagem ocorre no dia em que a Câmara dos Deputados se prepara para analisar o PL. Se for aprovado, o texto tornará crime a divulgação pelas plataformas digitais de informações falsas, discursos de ódio e incitação ao crime sob o pretexto de serem "liberdade de expressão".

Segundo pesquisa encomendada pela Avaaz à Atlas Intel, 93,7% dos entrevistados acreditam que as redes sociais não são seguras para crianças e adolescentes, enquanto 75% acreditam que a ausência de regulamentação das redes sociais contribuiu para os recentes massacres nas escolas brasileiras.

A Avaaz tem 19 milhões de membros no Brasil. A organização argumenta que se o PL 2.630 for aprovado haverá mais "honestidade, transparência e responsabilidade" nas redes sociais. "As plataformas terão que responder pelos perigos que seus serviços apresentam à

sociedade, se comprometer com melhorias concretas, reportar publicamente seus sucessos e fracassos, e enfrentar consequências caso não tomem atitudes quando necessário”, diz. As chamadas gigantes de tecnologia (big techs) – como Google, Twitter e Facebook (Meta) – têm se manifestado com veemência contrárias ao projeto, relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

O Twitter, adquirido recentemente pelo bilionário Elon Musk, se recusou a retirar do ar os perfis que justificavam os ataques em escolas. Questionado por jornalistas sobre essa decisão, a plataforma respondeu apenas com um emoji de cocô. O Ministério Público Federal (MPF) questionou oficialmente o Google sobre as razões para a companhia exibir em sua página de abertura, desde a tarde de segunda-feira (1º), a mensagem: “O PL das Fake News pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil”.

Segundo Laura Moraes, diretora de campanhas da Avaaz, a lei “é sobre proteção”. “É sobre proteger nossos filhos e filhas de massacres, nossas famílias da polarização, nossa democracia de ataques e a nossa saúde de notícias falsas. É para todos os brasileiros e brasileiras que os parlamentares devem aprovar o projeto de lei 2630/20”, argumentou.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 02/05/2023**

Título: STF manda Google e Meta se explicarem à PF por ataques ao PL das Fake News

Fonte pesquisada: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/stf-manda-google-e-meta-se-explicarem-a-pf-por-ataques-ao-pl-das-fake-news/>

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Google, Meta (proprietária do Facebook e do Instagram), Spotify retirem do ar publicidade contra o PL das Fake News. A multa por descumprimento a cada hora, por anúncio, será de R\$ 150 mil. Moraes deu prazo de cinco dias para que seus presidentes prestem depoimento à Polícia Federal (PF). O objetivo é esclarecer possível interferência contra o Projeto de Lei (PL) 2630.

O ministro quer saber, entre outras coisas, as razões de essas plataformas terem autorizado a utilização dos mecanismos que podem, em tese, constituir abuso de poder econômico. E também contribuir com a desinformação praticada pelas milícias digitais nas redes sociais. Além das plataformas, o STF inclui o portal Brasil Paralelo, na ordem de interrupção de anúncios e na intimação à PF.

O ministro também deu prazo de 48h para que o Google e as demais empresas apresentem relatórios detalhados. E que tratem especificamente sobre anúncios realizados e valores investidos contra o PL das Fake News. Além disso, quer explicações sobre os métodos e algoritmos de impulsionamento e induzimento à busca sobre o termo “PL da Censura”.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 02/05/2023**

Título: No 1º de Maio, Maduro evita aumento salarial, mas reajusta auxílios: 'plano de emergência'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/02/no-1-de-maio-maduro-evita-aumento-salarial-mas-reajusta-auxilios-plano-de-emergencia>

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, discursou nesta segunda-feira (01) a milhares de apoiadores reunidos no centro de Caracas durante ato político em comemoração ao Dia do Trabalhador. A expectativa dos sindicatos, movimentos populares e partidos políticos presentes na manifestação era que o mandatário anunciasse um aumento no salário mínimo. Maduro, no entanto, não aumentou o salário e, ao invés disso, decretou reajustes no vale alimentação dos trabalhadores e em um dos auxílios pagos pelo governo chamado de Bônus de Guerra Econômica.

"Eu queria ter os recursos para fazer mais, mas estamos fazendo mais com menos", disse o mandatário.

Desde abril de 2022, quando o governo fez o último reajuste, o salário mínimo na Venezuela é de 130 bolívares, que hoje equivalem a cerca de US\$ 5. Quando foi anunciado no ano passado, o valor correspondia a US\$ 30, mas as constantes disparadas no preço do dólar desvalorizaram a moeda nacional e retirou o poder de compra dos milhões de venezuelanos que seguem recebendo em bolívares.

Durante o ato, Maduro explicou que o vale alimentação pago aos trabalhadores ativos (chamado na Venezuela de cesta ticket) seria reajustado de cerca de US\$ 2 para US\$ 40. O valor, segundo o mandatário, será indexado na moeda estadunidense para não sofrer reduções com possíveis flutuações cambiais.

Já as modificações no Bônus de Guerra Econômica - espécie de bolsa assistencial fornecida pelo governo - sofreram alterações em menos de 24 horas. No palanque, em frente aos apoiadores, Maduro havia dito que o novo valor do auxílio seria de US\$ 20, também indexado ao dólar. Entretanto, nas primeiras horas desta terça-feira (02), o presidente publicou um vídeo em suas redes sociais anunciando "uma mudança necessária" no decreto e alterou o valor para US\$ 30.

Com a modificação, trabalhadores ativos e registrados no sistema de auxílios do governo receberão US\$ 70 (cerca de R\$ 350) ao mês, com os valores do vale alimentação e do Bônus de Guerra Econômica somados, além dos respectivos salários. Apesar dos aumentos, os reajustes estão abaixo da inflação e a média dos salários dos trabalhadores dos setores público e privado é insuficiente para cobrir o valor da cesta básica.

Desde abril do ano passado, a Venezuela busca negociar com entidades patronais e sindicais a revisão de acordos coletivos de distintas categorias. A iniciativa, chamada de Foro de Diálogo Social, conta com a mediação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

**DATA DA NOTÍCIA: 02/05/2023**

Título: A favor das reformas sociais, Petro pede 'luta permanente' dos colombianos: 'revolução'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80413/a-favor-das-reformas-sociais-petro-pede-luta-permanente-dos-colombianos-revolucao>

"A tentativa de restringir as reformas pode levar à revolução. O que é preciso é que o povo esteja mobilizado", disse o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, nesta segunda-feira (01/05) ao discursar durante o Dia do Trabalhador.

Com dificuldades em avançar as reformas que prometeu durante a campanha no Congresso, que vão desde reduzir a participação privada na saúde até a redistribuição de terras improdutivas, Petro disse que não basta ganhar as eleições, que a "mudança social implica em uma luta permanente" da sociedade.

O mandatário afirmou que essa luta só acontece com o "povo mobilizado", que deve ter na sua linha frente a "juventude e os trabalhadores".

"Não nos deixem sozinhos nestes palácios enormes e frios. Não nos deixem sozinhos perante esses privilegiados. Este é o momento de mudanças e não devemos retroceder", disse Petro, pedindo que os colombianos estejam nas ruas pelas transformações sociais no país.

Ainda no discurso realizado na Casa de Nariño, sede do governo em Bogotá, capital colombiana, Petro recordou que foram as manifestações e greves na Colômbia contra o ex-presidente Iván Duque que o colocaram no poder. "Graças a essa luta estou aqui", afirmou ele, apontando que aquele "surto social" impulsionou a necessidade de mudança no país.

"Não iremos nem um metro a mais nem um metro a menos do que o povo quer. Mas é preciso uma classe trabalhadora que queira governar", declarou o presidente, convidando os trabalhadores a serem a "primeira linha das lutas pelas transformações da Colômbia".

O discurso de Petro acontece após mudanças no gabinete ministerial. Na última semana, o presidente, em uma transmissão em rede nacional, anunciou que havia pedido a renúncia de todos os seus ministros, convocando o que chamou de "governo de emergência". A medida foi tomada após partidos de centro que apoiavam o governo mostrarem sinais de que votariam contra quatro das reformas impulsionadas por Petro. Para ele, esse "governo de emergência" seria uma gestão leal às reformas que o Executivo busca aprovação no Congresso.

Além da renúncia, Petro também havia declarado o fim da coalizão com os partidos Liberal, Conservador e o União para o Povo, legendas que apoiaram o presidente a partir do segundo turno das eleições presidenciais, em junho de 2022, e ganharam cargos no governo após o pleito.

Com o anúncio da mudança, foram sete os ministros trocados: no Ministério do Interior, Fazenda, Agricultura, Saúde, Comunicações, Transportes e Ciência e Tecnologia. Também foi anunciado o novo chefe do gabinete da Presidência da República. Apesar de ter sido solicitada a renúncia de todos os ministros, apenas os que são militantes dos três partidos de centro deixaram efetivamente seus cargos.

**DATA DA NOTÍCIA: 03/05/2023**

Título: PF faz busca na casa de Bolsonaro e prende Mauro Cid, ex-ajudante de ordens, em operação contra dados falsos de vacina

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/pf-prende-coronel-mauro-cid-ex-ajudante-de-ordens-do-bolsonaro-em-operacao-contradados-falsos-de-vacina.ghtml>

A Polícia Federal realizou uma operação de busca e apreensão na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro, em um condomínio de Brasília, no bairro do Jardim Botânico. O ex-presidente estava na residência no momento das buscas. O seu ex-ajudante de ordens, tenente-coronel Mauro Cid Barbosa foi preso na mesma ação que apura a atuação de um grupo que teria inserido dados falsos de vacinação contra a Covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde. A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro foi intimado para prestar depoimento ainda nesta quarta-feira.

De acordo com os indícios coletados pela PF, a suposta falsificação do certificado de vacinação tinha como objetivo viabilizar a entrada nos Estados Unidos de Bolsonaro, de seus familiares, de assessores, além de parentes desses auxiliares, driblando as exigências da imunização obrigatória. Procurados, os advogados do ex-presidente não se manifestaram sobre o caso.

Além de Cid, a operação prendeu mais cinco outras pessoas: o secretário municipal do Governo de Duque de Caxias (RJ), João Carlos de Sousa Brecha, o policial militar que atuou na segurança presidencial, Max Guilherme, o militar do Exército e também segurança pessoal de Bolsonaro, Sérgio Cordeiro, o sargento do Exército Luis Marcos dos Reis e o candidato a deputado estadual Ailton Barros (PL).

Segundo a PF, o objetivo do grupo seria "manter coeso o elemento identitário em relação a suas pautas ideológicas" e "sustentar o discurso voltado aos ataques à vacinação contra a Covid-19".

Os agentes cumprem 17 mandados de busca e apreensão e seis mandados de prisão preventiva, em Brasília e no Rio de Janeiro, além de análise do material apreendido durante as buscas e realização de oitivas de pessoas que detenham informações a respeito dos fatos.

De acordo com a colunista Bela Megale, o ex-presidente teve seu celular apreendido. A PF desistiu de apreender o celular de Michelle pois, segundo investigadores, os policiais consideraram que não seria necessário apreendê-lo. O aparelho de Bolsonaro foi levado. De acordo com o colunista Lauro Jardim, Bolsonaro acabou fornecendo a senha do seu celular aos agentes.

Após o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomar posse, a CGU passou a revisar alguns casos de sigilo de cem anos imposto sob Bolsonaro. No caso dos dados de vacinação, contudo, o órgão de controle abriu uma investigação para apurar se houve fraude.

**DATA DA NOTÍCIA: 03/05/2023**

Título: Entenda as suspeitas de fraude no cartão de vacinação de Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/entenda-as-suspeitas-de-fraude-no-cartao-de-vacinacao-de-bolsonaro.ghtml>

O tenente-coronel Mauro Cid Barbosa foi preso nesta quarta-feira pela Polícia Federal durante uma operação para apurar a atuação de um grupo que teria inserido dados falsos de vacinação contra a Covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde. De acordo com os indícios coletados pela PF, a suposta falsificação do certificado de vacinação tinha como objetivo viabilizar a entrada nos Estados Unidos de Jair Bolsonaro, familiares e auxiliares do ex-presidente, driblando as exigências da imunização obrigatória.

Ao longo de sua gestão, Bolsonaro se recusou a informar se tomou a vacina contra a Covid-19. Questionado por meio de Lei de Acesso à Informação, o governo impôs um sigilo de até cem anos aos dados sob a justificativa que isso se referia à vida privada do então presidente. Em janeiro deste ano, um grupo de hackers divulgou um cartão de vacinação que supostamente seria de Bolsonaro. Nele constava o registro de uma dose da vacina contra a Covid-19, que teria sido aplicada em uma unidade de saúde em São Paulo, com data de 19 de julho de 2021.

O cartão de vacinação, no entanto, já era alvo de uma investigação da Controladoria-Geral da União para apurar a possibilidade de informações falsas no documento. A ação foi aberta durante a gestão do ex-ministro da CGU Wagner Rosário, próximo ao fim do antigo governo. Como o GLOBO mostrou, as informações são apontadas como falsas pela administração anterior, tendo em vista que nesse dia Bolsonaro se encontrava em Brasília. Ainda segundo relatos feitos à reportagem, foi constatado a ocorrência de outras tentativas de inserção de dados no cartão.

A investigação apura se isso ocorreu por ação de um hacker ou de um servidor público, e ainda não foi concluída. A base de dados do cartão de vacinação é de responsabilidade do Ministério da Saúde.

Em março, a CGU decidiu que irá retirar o sigilo do cartão de vacinação e divulgá-lo após a conclusão da investigação. Sob a gestão do novo ministro Vinícius Marques de Carvalho, a CGU foi encarregada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PL) de rever os sigilos da gestão Bolsonaro. O cartão de vacinação entrou nessa lista.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 03/05/2023**

Título: STF inicia julgamento de mais 250 bolsonaristas envolvidos nos ataques de 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/stf-inicia-julgamento-de-mais-250-bolsonaristas-envolvidos-nos-ataques-de-8-de-janeiro>

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu votação eletrônica entre seus ministros para decidir se mais 250 envolvidos nos ataques golpistas de 8 de janeiro deverão se tornar réus. O ministro relator, Alexandre de Moraes, foi o primeiro a votar, e se manifestou a favor de aceitar as denúncias, feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR).



A votação virtual estará aberta no sistema para os Ministros até o próximo dia 8. Neste caso, assim como nas duas votações anteriores, não há discussões em plenário. Caso a maioria dos ministros acate as denúncias, os envolvidos passam a responder por ação penal na Justiça e se tornam réus formalmente.

A denúncia da PGR sugere que os envolvidos respondam pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado e incitação ao crime. Entre os denunciados há pessoas que efetivamente realizaram os ataques e outras que financiaram ou incentivaram as ações do grupo. Esta é a terceira leva de golpistas levados a julgamento no STF. A primeira tinha 100 envolvidos, e teve votação concluída em 24 de abril. A segunda votação, relativa a outras 200 pessoas, foi encerrada na última terça-feira (2).

Nas duas votações já realizadas até aqui, houve "goleada" de 8 a 2 a favor de acatar totalmente as denúncias da PGR. Os únicos votos destoantes foram os dos ministros André Mendonça e Nunes Marques, os indicados de Bolsonaro à Corte, que gostariam de inocentar pessoas que não tinham participado efetivamente das ações. Com a recente aposentadoria de Ricardo Lewandowski, a 11ª cadeira do STF ainda está vaga.

O STF informou que, das 1,4 mil pessoas que foram presas em decorrência dos ataques, 294 continuam no sistema penitenciário do Distrito Federal, sendo 208 homens e 86 mulheres. Os demais foram soltos, sob alegação de que não representam riscos à sociedade ou ao andamento das investigações.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 03/05/2023**

Título: América Latina falha no combate ao casamento infantil

Fonte pesquisada: <https://www.dw.com/pt-br/not%C3%ADcias/s-7111>

Link da notícia:

<https://www.dw.com/pt-br/am%C3%A9rica-latina-falha-no-combate-ao-casamento-infantil/a-65500035?maca=bra-vam-volltext-brasildefato-30219-html-copypaste>

Todos os anos, 12 milhões de meninas em todo o mundo são obrigadas a se casar antes de completar 18 anos. O combate ao matrimônio infantil anda em ritmo lento e, se continuar assim, essa prática só será erradicada em 300 anos, advertiu o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em relatório publicado nesta quarta-feira (03/05).

O fim do matrimônio infantil até 2030 está entre as metas dos Objetivos do Milênio, no entanto, apesar dos progressos em algumas regiões, principalmente na Ásia, o combate ao

casamento de menores de idade permanece praticamente estagnado nos últimos 25 anos em vários locais. Para alcançar a meta, o Unicef estima que os progressos no combate a essa prática deveriam ocorrer a uma velocidade 20 vezes mais rápida.

Globalmente, a porcentagem de matrimônios forçados caiu de 21% para 19% nos últimos anos. Mas ainda há cerca de 640 milhões de mulheres e meninas vivendo mundo afora após se casarem, em uniões formais ou informais, antes de completar 18 anos.

"Múltiplas crises destroem as esperanças e sonhos de crianças em todo o mundo, especialmente de meninas, que deveriam estar estudando, e não se casando", afirmou a diretora-executiva do Unicef Catherine Russell, durante a apresentação do relatório.

A Ásia foi a região que mais conseguiu reduzir o número de matrimônios infantis. A possibilidade de uma menina se casar caiu de 46% para 26% nos últimos anos. O Unicef estima que a região deve erradicar essa prática em até 55 anos, se continuar no ritmo atual. O fenômeno também recuou no Oriente Médio.

De acordo com o relatório, a América Latina é uma das regiões do mundo onde a luta contra o matrimônio infantil menos avançou nos últimos 25 anos, ficando apenas atrás da África Subsaariana. A persistência do fenômeno na região não é homogênea e mostra grandes diferenças se forem levadas em conta as diferenças sociais.

"As tendências mostram uma divisão persistente entre ricos e pobres: o casamento precoce é raro nos segmentos mais ricos, enquanto há resistência a mudanças entre os mais pobres", destaca o relatório.

O documento mostra que houve uma diminuição da prática entre as camadas sociais mais abastadas da América Latina, no entanto, entre os mais pobres, houve um aumento de casos. Esse fenômeno só repete na África.

A Índia é o país do mundo que mais concentra casamentos de menores de idades e registra um terço dos casos do mundo (216 milhões). Em segundo e terceiro lugares, estão Bangladesh e China, respectivamente

O Brasil é o sexto país do mundo em relação a casos de matrimônio infantil (21,5 milhões). Ao lado do México, que está em nono lugar, são os dois únicos países da América Latina a figurar entre os dez primeiros da lista. Os dez países que seguem a Índia concentram mais um terço dos casos do mundo.

O relatório destaca que o matrimônio infantil "é uma prática que afeta toda a vida: o casamento precoce interrompe a educação de uma menina, sufoca suas oportunidades e a isola no contexto de uma relação adulta na qual ela não pode reivindicar seus direitos".

O documento lamenta ainda que "essa violação do direito das crianças seja vista por muitas famílias como uma medida de proteção para meninas, que recebem com o casamento proteção financeira, social e física". De acordo com o Unicef, essa visão ajuda a explicar a prevalência do fenômeno, apesar das campanhas para sua erradicação.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 03/05/2023**

Título: 'Estado colombiano não tem uma política de paz', diz comandante da guerrilha ELN

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80446/estado-colombiano-nao-tem-uma-politica-de-paz-diz-comandante-da-guerrilha-eln>

Após um encontro em Caracas, em novembro de 2022, e outro na Cidade do México, em março deste ano, agora as delegações de paz entre o governo da Colômbia e a maior guerrilha em atividade no país, o Exército de Libertação Nacional (ELN) retornam à Havana, capital de Cuba.

A terceira rodada de negociações retomou nesta terça-feira (02/05). No entanto, esse encontro apresenta uma nova configuração: o governo colombiano chega à mesa de diálogo em meio a uma reorganização interna, enquanto o ELN pressiona até o limite da ruptura da negociação.

Com um intervalo de 45 dias, os diálogos inicialmente previstos para 26 de abril foram adiados após o presidente Gustavo Petro anunciar sua primeira reforma ministerial, mudando os chefes de sete pastas.

Além disso, Petro deu fim à coalizão com partidos que não apoiaram sua reforma da saúde. O projeto de lei busca implementar um sistema público de atenção primária a nível nacional. A bancada governista é liderada pelo Pacto Histórico, que se aliou a partidos tradicionais, como os Liberais, para garantir a maioria nas duas casas do Legislativo.

Iván Cepeda, membro da Comissão de Paz no Senado e ex-mediador dos diálogos com a extinta FARC-EP, defendeu em sua coluna semanal que a paz total, assim como um grande acordo nacional, não são uma opção, mas "a única saída realista e viável para o país".

Para o 1º comandante do ELN, Eliécer Herlinto Chamorro, a ação do governo em adiar o encontro de abril demonstra algo já histórico, pois, segundo ele, 'sempre foram os governantes que se levantaram das mesas de diálogo'. A Opera Mundi, "Antonio García", como é conhecido o comandante, afirma que o cessar-fogo bilateral nunca foi pactuado e a ação da guerrilha teria sido uma resposta a execuções de seus combatentes.

O ELN estabeleceu negociações com seis governos e é a maior guerrilha em atividade na Colômbia, com cerca de 2,3 mil militantes em 200 municípios, segundo a Fundação Paz e Reconciliação (Pares). Em março deste ano, a guerrilha bombardeou uma base militar no departamento norte de Santander, o que colocou em risco a continuidade das negociações com o Executivo.

"O Estado colombiano não tem uma política de paz, só vê a paz como um gerenciamento de oportunidades, não há cálculo estratégico de país ou de nação", disse ele.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 04/05/2023**

Título: Câmara aprova projeto que prevê igualdade salarial entre homens e mulheres

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/camara-aprova-projeto-que-garante-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres.ghtml>

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei que institui medidas para tentar garantir a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens quando se tratar da mesma função. Segundo o texto da relatora, a deputada Jack Rocha (PT-ES), no caso da infração às

regras, a empresa será multada em valor equivalente a dez vezes o novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, elevado ao dobro no caso de reincidência.

Desta forma, o texto estabelece que a igualdade é obrigatória e deverá ser garantida por meio de mecanismos de transparência salarial. O placar foi de 325 a 36. Três parlamentares se abstiveram. As empresas também passam a ter a obrigatoriedade de emitir balanços semestrais que comprovem a equidade salarial. O projeto agora será apreciado pelo Senado.

A proposta original, enviada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estabelecia que, em caso de discriminação comprovada por motivo de gênero, raça ou etnia, além do pagamento das diferenças salariais devidas, seria estabelecida uma multa de dez vezes o maior salário pago na empresa, elevado em 100% em caso de reincidência. Esse trecho recebeu críticas de diferentes deputados e segmentos e foi alterado. A multa agora será dez vezes o valor que o funcionário deveria receber.

Relatora do projeto, Jack Rocha considerou o resultado da votação "uma vitória". Ela lembrou que as disparidades salariais entre gêneros se aprofundaram durante a pandemia da Covid-19.

— O emprego feminino é duas vezes mais vulnerável do que o masculino. No período da pandemia, as mulheres representavam 39% dos empregos no mundo, mas totalizaram 54% das demissões.

O Projeto de Lei da Igualdade Salarial é uma das medidas do pacote apresentado pelo governo federal no Dia Internacional da Mulher, onde consta também o Plano Nacional de Igualdade Salarial, Remuneratório e Laboral entre Mulheres e Homens, a ser elaborado por um grupo de trabalho anunciado no Dia do Trabalho, 1º de maio.

O comitê contará com representantes de oito ministérios e terá duração de 180 dias. Coordenado pelo Ministério das Mulheres, o GT tem como função discutir uma estratégia de enfrentamento que observe as condições de trabalho, levando em conta salários, oportunidades de ascensão profissional e o ambiente de trabalho.

## **DATA DA NOTÍCIA: 05/05/2023**

Título: Defesa de Cristina Kirchner quer remoção de juízes em processo judicial

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/05/defesa-de-cristina-kirchner-quer-remocao-de-juizes-em-processo-judicial>

Os advogados de defesa da vice-presidenta argentina Cristina Kirchner solicitaram a remoção dos juízes designados na Câmara Federal de Cassação Penal. Os magistrados seriam responsáveis pela análise das apelações do caso das obras públicas que levou Cristina à condenação pela Justiça argentina, em dezembro do ano passado.

A defesa de Kirchner alega falta de independência e parcialidade por parte das autoridades judiciais que julgariam o pedido de absolvição à ex-presidenta, condenada a seis anos de prisão e proscricção perpétua.

O caso investigou supostos desvios de verba de obras públicas durante seus dois mandatos. Na publicação dos fundamentos da causa, em março, não há um apontamento direto que comprove o envolvimento da ex-presidenta com o esquema de desvio.

Os juízes em questão são Gustavo Hornos, Mariano Borinsky e Javier Carbajo. Este último já havia anunciado que estaria impedido de intervir neste caso, já que foi um dos juízes que confirmaram a condenação do empresário Lázaro Báez que, por sua vez, teria sido diretamente beneficiado pelo esquema.

Dessa forma, Javier julgaria um processo vinculado a outro que ele já havia participado anteriormente. "Considero que minha intervenção nestas atuações pode pôr em crise a garantia de imparcialidade ao acusado", disse Carbajo, em sua solicitação de afastamento do caso.

Os advogados de Cristina, Carlos Beraldi e Ary Llerovoy, apesar disso, também incluíram o nome de Carbajo no pedido de recusa. A respeito de Hornos e Borinsky, justificaram o pedido, emitido na última quarta-feira (3), ressaltando que os juízes "visitavam a Casa Rosada e a Quinta de Olivos de forma periódica durante a presidência de Maurício Macri, com quem, diz-se, praticavam atividades sociais".

Por parte da acusação, os promotores Diego Luciani e Sergio Mola pedem aos juízes que revisem sua decisão de absolver Cristina Kirchner do delito de "associação ilícita" (ela foi condenada por "administração fraudulenta"), agravando sua pena. Luciani ainda pediu, durante as sessões do processo, uma pena de 12 anos contra a ex-presidenta.

## **DATA DA NOTÍCIA: 07/05/2023**

Título: Citgo: estatal venezuelana nos EUA pode ser vendida a credores sem autorização de Caracas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/07/citgo-estatal-venezuelana-nos-eua-pode-ser-vendida-a-credores-sem-autorizacao-de-caracas>

A disputa jurídica e política envolvendo o controle da rede venezuelana de refinarias nos EUA, a Citgo, está prestes a ter um desfecho desfavorável à Venezuela. Isso porque o Departamento do Tesouro estadunidense autorizou que a oposição venezuelana negocie dívidas e ativos do Estado no exterior e disse que não tomará medidas contra uma possível venda da estatal.

A decisão abre caminho para que credores da Venezuela tomem a Citgo como pagamento de dívidas, sem a anuência do governo de Nicolás Maduro. Um tribunal de Delaware, nos EUA, já havia autorizado a venda da empresa após uma ação movida pela mineradora canadense Crystallex, que entrou na justiça pedindo indenização pela expropriação de uma mina que possuía na Venezuela durante o governo do ex-presidente Hugo Chávez, em 2008.

No entanto, sanções aplicadas pelos EUA à indústria petroleira venezuelana impediam que empresas estrangeiras entrassem em negociações com a Citgo, o que funcionava como obstáculo jurídico para o cumprimento da sentença. Além disso, por decisão política, o governo do ex-presidente Donald Trump vinha protegendo a empresa de ser liquidada para continuar financiando a oposição. Em 2019, Washington passou a reconhecer o ex-deputado

Juan Guaidó como "presidente interino" da Venezuela e entregou a direção da Citgo a aliados do opositor, que tinham acesso aos lucros e dividendos da empresa.

Na última quinta-feira (04), o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, condenou a decisão da OFAC e classificou a medida como "um roubo". "O dono dessa empresa é o povo da Venezuela, através da PDVSA, e o que o governo de Joe Biden está fazendo é um dos maiores roubos, um dos maiores saques que já existiu contra qualquer nação do mundo", disse.

Além disso, a vice-presidente venezuelana, Delcy Rodríguez, afirmou na última quarta-feira (03) que o governo tomaria todas as medidas necessárias para evitar a liquidação da empresa e que não irá reconhecer "nenhum tipo de negociação, nenhum tipo de acordo de pagamento a nenhum credor que não seja legalmente conduzido pelo Estado venezuelano".

As medidas tomadas pelos EUA vêm uma semana após a Conferência de Bogotá, encontro internacional organizado pelo presidente Gustavo Petro na capital colombiana com o objetivo de reativar os diálogos entre governo e oposição da Venezuela. Com a presença de 20 países, os EUA enviaram uma delegação e, pela primeira vez, participaram de uma reunião multilateral com o objetivo de debater o fim das sanções.

Ainda que o encontro tenha terminado sem resultados concretos sobre alívios no bloqueio, analistas argumentam que a mais recente decisão de Washington sobre a Citgo pode atrapalhar o andamento das conversas. Em entrevista ao Brasil de Fato, o ex-ministro da Economia da Venezuela Luis Salas Rodríguez afirmou que há intenções políticas por trás da medida dos EUA.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 07/05/2023**

Título: Ministros do STF confirmam que mais 250 golpistas bolsonaristas se tornarão réus na Justiça

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/07/ministros-do-stf-confirmam-que-mais-250-golpistas-bolsonaristas-se-tornarao-reus-na-justica>

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou que um grupo de 250 envolvidos nos ataques de 8 de janeiro em Brasília se tornarão réus por participação nas ações golpistas. Com isso, já são 550 réus confirmados pelo Supremo após a barbárie bolsonarista.

Esta é a terceira leva de julgados pelo Supremo pelo quebra-quebra na Praça dos Três Poderes. A primeira teve 100 envolvidos; a segunda, outros 200. Nas três votações, a maioria dos ministros acompanhou o voto do relator, Alexandre de Moraes.

A votação deste terceiro grupo - o maior até aqui - ainda não acabou. Assim como nas duas ações anteriores, apenas os indicados por Jair Bolsonaro (PL) ao STF marcaram divergência em relação à posição de Moraes.

Até a tarde deste domingo (7), dos ministros que já tinham manifestado seus votos, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Edson Fachin, Gilmar Mendes e Rosa Weber acompanharam o relator. André Mendonça, indicado por Bolsonaro, votou contra. Nunes Marques, outro nome alçado ao STF por Bolsonaro, ainda não tinha se manifestado.

O prazo para os ministros registrarem seus votos no sistema eletrônico do Supremo termina na próxima segunda-feira (8). No dia seguinte, terá início o julgamento de um novo grupo de denunciados, com outras 250 pessoas.

No total, 1.390 pessoas foram denunciadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por participação nos ataques golpistas.

A denúncia da PGR sugere que os envolvidos respondam pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado e incitação ao crime. Entre os denunciados há pessoas que efetivamente realizaram os ataques e outras que financiaram ou incentivaram as ações do grupo.

### **DATA DA NOTÍCIA: 08/05/2023**

Título: Manifestantes de esquerda e direita protestam contra resultado das eleições no Paraguai

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/08/manifestantes-de-esquerda-e-direita-protestam-contr-a-resultado-das-eleicoes-no-paraguai>

Os candidatos derrotados nas eleições presidenciais paraguaias seguem questionando a vitória de Santiago Peña, do tradicional Partido Colorado, de direita, e promovendo protestos.

Correligionários do esquerdista Efraín Alegre, da coalizão opositora Concertação Nacional, e do nacionalista de extrema direita Paraguayo "Payo" Cubas, do Partido Cruzada Nacional, realizaram protestos na capital, Assunção, e bloquearam uma via de acesso à cidade nesta segunda-feira (8), nas imediações do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em protesto pelo resultado de duas semanas atrás.

Segundo a TV Telesur, o bloqueio ocorreu depois que representantes da oposição convocaram um protesto para a manhã desta segunda, para reivindicar a abertura dos boletins de votação para recontagem. O ex-candidato Alegre também postou vídeo em suas redes sociais cobrando "transparência".

Essa foi a primeira eleição paraguaia realizada com urnas eletrônicas. Mas, diferentemente do Brasil, lá o sistema é misto, porque as urnas emitem um comprovante impresso de votação.

O progressista Alegre também exigiu a libertação de todos que foram detidos durante as manifestações ocorridas após as eleições, inclusive seu adversário Cubas. O candidato da extrema direita foi preso na última sexta-feira, sob acusação de perturbação pública, após alegar fraude eleitoral e liderar protestos contra o resultado.

Na ocasião, houve bloqueios de ruas e conflitos. Ao menos 74 pessoas foram presas, segundo a Polícia Nacional do Paraguai, que historicamente apoia o Partido Colorado, assim como as Forças Armadas e órgãos estatais importantes. Fundado no século 19, o Colorado governou o Paraguai durante praticamente toda a sua existência, com exceção do período entre 2008 e 2012, quando foi comandado pelo bispo esquerdista Fernando Lugo, deposto por um golpe.

Peña obteve 42,7% dos votos e tomará posse no dia 15 de agosto. O segundo colocado foi Alegre, com 27,4%, seguido por Cubas, com 23%.

Analistas ouvidos pela BBC Brasil disseram que a distância de cerca de 15% entre o primeiro e o segundo colocado dificultaria os questionamentos dos opositores. No entanto, o resultado da eleição de domingo não foi previsto pelas pesquisas de opinião consideradas mais confiáveis, que indicavam empate técnico com vantagem para Efraín Alegre.

## **DATA DA NOTÍCIA: 08/05/2023**

Título: Ultra direita domina conselho que vai redigir nova Constituição chilena

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/08/ultra-direita-domina-conselho-que-vai-redigir-nova-constituicao-chilena>

A extrema direita saiu vencedora da eleição que definiu o conselho que vai redigir uma nova proposta de Constituição para o Chile. O Partido Republicano, liderado pelo pinochetista José Antonio Kast, elegeu neste domingo (7) o maior número de conselheiros (22 dos 50 eleitos). A coligação de esquerda Unidad para Chile, que apoia o presidente Gabriel Boric, elegeu 17, contra 11 da centro-direita, que se apresentou nesta eleição sob o lema "Chile Seguro".

A direita terminou com a maioria absoluta de 33 cadeiras no conselho, resultado suficiente para aprovar mudanças — as três principais pautas do Partido Republicano, que pretende manter as bases da atual Constituição, são a segurança, uma posição anti-imigração e um sistema econômico que pende mais para o privado do que para o público. A esquerda não conseguiu as 21 cadeiras que precisaria para ter poder de veto. Houve grande quantidade de votos nulos e brancos, que passaram de 20%. Nesta eleição, especificamente, a participação dos eleitores aptos a votar foi obrigatória.

O resultado é considerado histórico no Chile, que nunca viu uma vitória da extrema direita em processos eleitorais. A derrota da esquerda deve trazer ainda mais dificuldades para a governabilidade de Boric. Ele já teve que fazer duas reformas ministeriais desde que assumiu o país, em março de 2022, após ter suas propostas na Constituição e no sistema tributário rejeitadas.

Em entrevista coletiva concedida logo após o resultado, o presidente chileno pediu que o conselho eleito atue com "sabedoria e moderação", buscando acordos. Kast declarou que os chilenos deram um sinal "forte e claro" do rumo que desejam para o país.

A Constituição atual, a décima da história chilena, foi imposta em 1980 pela ditadura de direita de Augusto Pinochet. Desde o fim do regime, em 1990, houve uma série de emendas e reformas constitucionais, mas o texto base foi mantido. Os reformistas ganharam força após a revolta social de 2019, que levou milhões de pessoas às ruas em manifestações diárias.

O então presidente, o conservador Sebastián Piñera, teve que ceder à exigência e um processo de reforma foi iniciado, com a redação de uma nova Constituição. Mas a proposta foi derrotada em plebiscito por 61% dos eleitores, em setembro de 2022, quando Boric já era presidente. Como se viu neste domingo, Boric ainda enfrenta dificuldades para fazer avançar sua agenda.



Os conselheiros eleitos tomarão posse em junho, quando receberão um pré-projeto que está sendo escrito por 24 especialistas, e terão cinco meses para redigir a nova proposta de Constituição, que será submetida a mais um plebiscito em dezembro. Os conselheiros, em sua maioria políticos, terão de respeitar 12 princípios já acordados, como a constatação de que o Chile é uma república democrática, com um Estado unitário, descentralizado e formado pelos Três Poderes. Também já é consenso que Banco Central, Justiça Eleitoral, Ministério Público e Controladoria são independentes.

## **DATA DA NOTÍCIA: 10/05/2023**

Título: Corte argentina suspende eleição em províncias onde peronismo era favorito; Fernández reage

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/05/10/corte-argentina-suspende-eleicao-em-provincias-onde-peronismo-era-favorito-fernandez-reage>

Uma decisão da Corte Suprema de Justiça da Argentina suspendeu, ontem (9), a eleição de governadores que ocorreria no próximo domingo (14), em duas províncias nortenhas: Tucumán e San Juan. São províncias – o equivalente a Estados no Brasil – onde os partidos peronistas eram favoritos nas pesquisas. Além destas, outras três províncias do país têm eleições previstas para o próximo domingo: Salta, La Pampa e Tierra del Fuego.

O presidente Alberto Fernández se manifestou sobre a decisão do tribunal em cadeia nacional na tarde desta quarta-feira (10). Ele classificou a sentença da Corte como um gesto que responde ao ex-presidente Mauricio Macri.

"A suspensão das eleições nas províncias de San Juan e Tucumán deixa a democracia como refém de um grupo de juízes", disse o presidente. "Tornaram-se o braço operativo da oposição e dos grupos concentrados do poder econômico e midiático", apontou.

Quatro dos cinco juízes da Corte assinaram a decisão, Horacio Rosatti, Carlos Rosenkrantz e Juan Carlos Maqueda, executada por meio de uma medida cautelar. A iniciativa foi favorável à oposição ao governo peronista, que questionava a candidatura a governador de Sergio Uñac, em San Juan, e a vice-governador de Juan Manzur, em Tucumán, que se apresentam nas listas de candidatos de suas coalizões, segundo a resolução dos juízes, para um "quarto mandato".

As candidaturas foram legitimadas pelo Tribunal Eleitoral do país, o que foi questionado por Uñac. "É desconsiderado para com a província ter deixado passar mais de 30 dias para tomar uma resolução, sabendo que o processo estava em curso e que implicava um esforço econômico e institucional muito grande para San Juan", alegou, ao tomar conhecimento da decisão da Corte.

Uñac foi uma vez vice-governador e duas vezes governador da província de San Juan, e buscava a re-reeleição, algo previsto pela constituição provincial. Mas a oposição apontou contra o candidato por tentar buscar, na verdade, um quarto mandato por já ter sido vice-governador antes.

No caso de Manzur, em Tucumán, foi duas vezes vice-governador e duas vezes governador, tendo interrompido seu último mandato para assumir a chefatura de gabinete da presidência na nação. Como agora se candidata a vice, a crítica da oposição aponta para uma possível armadilha, em que o candidato a governador renuncie para que Manzur possa assumir novamente.

Não são casos de violação de termos da Constituição das respectivas províncias. No entanto, a eleição de ambos os territórios foram suspensas até que a Corte decida se os citados podem ou não, de fato, ser candidatos.

Diversos dirigentes do peronismo dirigiram duras críticas à Corte desde a resolução divulgada ontem. O governador da província de Buenos Aires, Axel Kicillof, disse que a decisão "é uma vergonha e está atropelando a democracia argentina". Como o presidente, denunciou que os juízes são "parte da oposição e já nem dissimulam".

Em seu anúncio, o presidente Alberto Fernández destacou que elevará o caso a um julgamento político no Congresso para abrir "novos caminhos de investigação". "Vamos enviar os antecedentes destas decisões tomadas ontem para que se somem aos casos de julgamento político, para continuar demonstrando como esta Corte viola a divisão de poderes e o federalismo", concluiu o presidente.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 10/05/2023**

Título: Perícia em celular de Mauro Cid revela conversas sobre remessas de dinheiro para fora do país

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/10/pericia-em-celular-de-mauro-cid-revela-conversas-sobre-remessas-de-dinheiro-para-fora-do-pais>

Perícia realizada no telefone celular do tenente-coronel Mauro Cid, que foi ajudante de ordens do hoje ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), revelou conversas sobre remessas de dinheiro suspeitas para o exterior. As informações são da TV Globo.

Investigadores da Polícia Federal (PF) identificaram trocas de mensagens com um suposto operador de conta de propriedade de Cid nos Estados Unidos. A PF, agora, vai solicitar a quebra do sigilo bancário do ex-auxiliar de Bolsonaro, tanto no Brasil quanto nos EUA.

Mauro Cid foi preso no último dia 3, durante operação da PF que investigava fraudes em cartões de vacinação contra covid-19. O próprio ex-presidente foi alvo da mesma operação, com sua casa tendo sido alvo de ações de busca e apreensão. O celular de Bolsonaro também foi levado para perícia.

No dia da prisão, a PF encontrou valor próximo a R\$ 200 mil em dinheiro vivo (somando cédulas de reais e dólares) em um cofre na casa de Cid. Ele se tornou suspeito também por lavagem de dinheiro. Além disso, é investigado em inquéritos sobre o caso das joias da Arábia Saudita, sobre as milícias digitais e os atos golpistas de 8 de janeiro.

**DATA DA NOTÍCIA: 10/05/2023**

Título: CPI: ex-comandante admite erros na operação da PM do DF no dia 8 de janeiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/11/cpi-ex-comandante-admite-erros-na-operacao-da-pm-do-df-no-dia-8-de-janeiro>

O coronel Fábio Augusto Vieira, ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, admitiu erros no planejamento da corporação no dia 8 de janeiro. Por isso, não teria sido possível evitar o vandalismo na Praça dos Três Poderes. O coronel admitiu que faltou planejamento escrito, comando móvel no local e equipamentos de proteção individual. A declaração foi dada em depoimento à CPI dos Atos Antidemocráticos, nesta quinta-feira (11).

"Tinha policiais combativos. O grande problema era a ausência de equipamento de proteção individual", afirmou o então comandante da PMDF, ao ser questionado pelo presidente da CPI, Chico Vigilante, sobre a quantidade de policiais convocados para conter a invasão dos prédios públicos. "Aqueles tropas, com 200 policiais ali, sem equipamentos, foi um convite pra acontecer o que aconteceu", afirmou Vigilante.

O ex-comandante disse que foi até o local pela manhã e que havia cerca de 550 homens, mas não soube precisar quantos estavam no período da tarde. "Eu detectei que de manhã havia um efetivo mais suficiente", reforçando que o problema foi a falta de equipamentos e do comando móvel, que deveriam constar em um "plano de operações", que deveria ter sido elaborado pelo Departamento de Operações (DOP), após a reunião na Secretaria de Segurança Pública no dia 6 de janeiro.

"Saindo da reunião [do dia 6] era necessário que seja feito um plano de operações. Eu tomei conhecimento, após o plano do interventor [Ricardo Cappelli], que não teria sido feito" disse o coronel Fábio. Vigilante perguntou se esse procedimento era normal. "Não é normal", respondeu Vieira, afirmando que o responsável por fazer esse plano era o DOP, que era comandado pelo coronel Jorge Eduardo Naime (afastado no dia 8) e o coronel Paulo José (em exercício).

Apesar de afirmar que a responsabilidade pela falta de planejamento dentro da PM era do DOP, o depoente refutou a tese de que seu subordinado teria participado de uma trama. "O coronel Paulo José tem 30 anos de casa. Ele pode ter se equivocado, falhado, mas não acredito que ele tenha feito isso para prejudicar a PM", disse o coronel Fábio.

Em relação ao coronel Naime, o depoente reconheceu que havia solicitado a troca do comando do DOP, mas assegurou que não foi por problemas pessoais. Em relação ao ex-secretário Anderson Torres, que segue preso em razão dos atos golpistas, o coronel Vieira disse que não tinha relação de proximidade. O ex-comandante da PMDF também foi preso suspeito de omissão, mas liberado, após o relatório de Cappelli dizer que ele não teria sido diretamente responsável pelas falhas de segurança.

**DATA DA NOTÍCIA: 10/05/2023**

Título: Deputados chilenos aprovam aumento de 25% no salário mínimo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/10/deputados-chilenos-aprovam-aumento-de-25-no-salario-minimo>

Após a derrota na formação do conselho que vai redigir a proposta da nova Constituição do Chile, o governo de Gabriel Boric obteve ontem uma vitória em outro tema de forte apelo social. A Câmara dos Deputados aprovou o reajuste do salário mínimo no país.

O projeto, que agora vai tramitar no Senado, define um aumento gradual que elevará o valor em 25%, dos atuais 400 mil pesos chilenos (cerca de R\$ 2.500) a um total de 500 mil (cerca de R\$ 3.130). No Brasil, o valor do mínimo é R\$ 1.320.

Ficou decidido que, a partir de 1º de maio de 2023 - portanto de forma retroativa - o salário mínimo passa a ser de 440 mil pesos (R\$ 2.750) para os trabalhadores e trabalhadoras de 18 a 65 anos. A partir de 1º de setembro de 2023, o valor sobe para 460 mil pesos (R\$ 2.880). O último reajuste será em 1º de julho de 2024, para 500 mil pesos (R\$ 3.130). Para os trabalhadores com menos de 18 anos e mais de 65, o mínimo passa a ser de 328.230 pesos (R\$ 2.050). O projeto também define medidas para proteger o salário mínimo da inflação. Caso o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) supere 6% ao longo de 2023, o valor do mínimo será reajustado antecipadamente para 470 mil pesos (R\$ 2.940) a partir de 1º de janeiro de 2024.

Na Comissão da Economia, a última instância em que o projeto foi debatido antes de ir a votação em plenário, alguns deputados defenderam a rejeição do projeto, alegando que o governo deveria antes costurar um acordo com as micro, pequenas e médias empresas que não estão satisfeitas com o texto atual.

Mas a ministra do Trabalho, Jeannette Jara, disse que não faz sentido exigir unanimidade das empresas nem pedir permissão aos empregadores para aumentar o salário mínimo. As disputas políticas, argumentou, não podem se dar às custas das trabalhadoras e dos trabalhadores do país.

No entanto, para compensar o impacto que o aumento do salário mínimo terá sobre as finanças das empresas, o projeto prevê um subsídio fiscal para beneficiar as micro, pequenas e médias empresas. A renúncia fiscal por parte do governo será de 311 bilhões de pesos, o que equivale a quase R\$ 2 bilhões. O valor pode ser ampliado em casos específicos de deterioração do cenário econômico.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 11/05/2023**

Título: Federação do PT indica deputados para a CPMI do 8 de Janeiro; veja a lista

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/federacao-do-pt-indica-deputados-para-a-cpmi-do-8-de-janeiro-veja-a-lista/>

A Federação Brasil da Esperança, composta por PT, PCdoB e PV, formalizou as indicações dos partidos para a CPMI do dia 8 de Janeiro. Ao todo, foram indicados 3 deputados titulares e três suplentes.

Os titulares são os deputados Rubens Pereira Jr (PT-MA), Rogério Correia (PT-MG) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Já os suplentes são Arlindo Chinaglia (PT-SP), Carlos Veras (PT-PE) e a Delegada Adriana Accorsi (PT-GO).

Também nesta quinta-feira, Correia celebrou a indicação do seu nome ao posto de titular da comissão. Pelas redes, disse acreditar que as investigações mostrarão que Bolsonaro foi o 'principal mandante' dos ataques.

Os nomes anunciados nesta quinta-feira 11 foram entregues ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por Zeca Dirceu, líder da Federação na Casa.

A CPMI, vale dizer, já foi oficialmente instalada, mas ainda aguarda as indicações para iniciar os trabalhos. Integrantes da oposição, inicialmente defensores da comissão, passaram a hesitar após as revelações de áudios de aliados de Jair Bolsonaro em tramas golpistas. Integrantes da bancada governista, que antes eram contrários à CPMI, passaram a ver na comissão um espaço para impor derrotas aos opositores. Desde que os áudios vieram a público, nomes ligados a Lula promete articular a convocação de aliados de Bolsonaro para depoimentos.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 11/05/2023**

Título: Após Brasil e Argentina, Bolívia pode trocar dólar por moeda chinesa no comércio exterior

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/11/apos-brasil-e-argentina-bolivia-pode-trocar-dolar-por-moeda-chinesa-no-comercio-exterior>

A Bolívia cogita começar a usar o yuan, a moeda chinesa, em transações comerciais internacionais, em substituição ao dólar. Foi o que afirmou nesta quinta-feira (11) o presidente do país, Luis Arce, durante encontro com jornalistas em Laz Paz.

O presidente disse que instruiu o Banco Central da Bolívia a investigar se a substituição do dólar pelo yuan no pagamento pelas importações funcionaria bem. As reservas internacionais do país estão em queda, o que ocasiona falta de liquidez em dólares. Para lidar com isso, o governo boliviano estuda formas de reduzir a dependência da moeda estadunidense. Arce mencionou outros países que já partiram para esse caminho, como Argentina, Brasil, França e algumas nações árabes.

A possibilidade de o Brasil passar a fazer transações sem dólar ocorre depois da forte repercussão da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, em que o anúncio de um acordo nesse sentido causou irritação em autoridades estadunidenses. A Argentina também deve iniciar transações comerciais por meio de moedas locais com Brasil e China.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 12/05/2023**

Título: Cooperação entre Brasil e Argentina é limitada por pressões de elite econômica, dizem analistas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/12/cooperacao-entre-brasil-e-argentina-e-limitada-por-pessoas-de-elite-economica-dizem-analistas>

Em poucos meses de mandato, já foram dois os encontros oficiais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com o seu par argentino Alberto Fernández (Frente de Todos). Os potenciais apoios do Brasil para a Argentina são, no entanto, limitadas, segundo analisam especialistas, e podem ser reduzidos muito mais a um gesto político.

Isso se daria em função da situação dos dois países. No Brasil, um governo que recém começa, já atravessado por turbulências internas, em contraste com um governo em seu último ano de mandato e que não foi capaz de dar uma resposta à crise econômica e social inaugurada pelo governo neoliberal que o antecedeu – no caso da Argentina. Em março, a inflação anual do país chegou a 104,3%.

Na semana passada, em Brasília, Fernández e sua equipe de gestão econômica se reuniram por quatro horas com a equipe de Lula para discutir sobre a comercialização entre os países. Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, o Brasil perdeu cerca de 6 bilhões de dólares de espaço na balança comercial com a Argentina em relação à China por falta de um mecanismo de financiamento para as importações do país vizinho.

A Argentina e o Brasil estão entre os principais sócios comerciais um do outro, competindo apenas com a China pelo primeiro lugar de importações e exportações mútuas, o que marca um interesse estratégico do Brasil para além do alinhamento político. Foi algo que o presidente Lula quis enfatizar na coletiva com Fernández ao concluir a reunião. "O que quero deixar bem claro é que nós não estamos fazendo uma discussão para ajudar a Argentina. Nós precisamos ajudar os empresários brasileiros que exportam para Argentina e financiar as exportações brasileiras, como a China faz para os produtos chineses."

No entanto, a expectativa da equipe argentina era voltar ao país com algum acordo de financiamento mais concreto por parte do Brasil. Voltou, sim, com uma promessa de respaldo do Brasil para interceder pela Argentina no FMI e de ajuda para conseguir a garantia para a linha de crédito para financiar a comercialização entre os países, algo que pode vir do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco do Brics (sigla do bloco integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), segundo sugeriu o próprio Lula.

"[Alberto Fernández] chegou apreensivo, e vai voltar mais tranquilo. É verdade, sem dinheiro. Mas com muita disposição política", destacou o presidente brasileiro ao lado de Fernández.

"Essa viagem foi importante, porque está na trajetória dessa aliança estratégica que se retoma. Mas não rendeu tanto a Fernández como esperado", destacou o doutor em ciências sociais Amílcar Salas Oroño, pesquisador argentino do Centro Estratégico Latino-americano de Geopolítica (Celag). "Temos que ver como segue. As agendas políticas de ambos os presidentes estão sob uma forte pressão midiática", destacou.

Oroño lembrou o distanciamento adotado pelo governo brasileiro após a promessa de financiar a obra do gasoduto Néstor Kirchner através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. A proposta de financiar a obra que levaria gás não convencional da Patagônia ao sul do Brasil foi amplamente difundida – e criticada pelos que destacam que a Argentina é apenas um país endividado – após a primeira viagem oficial de Lula como presidente eleito, em janeiro, cujo destino escolhido foi justamente a Argentina.

O Ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) deu o sinal de distanciamento diante da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), ainda em janeiro. "São projetos sustentáveis do ponto de vista econômico e que eventualmente nem devem precisar de financiamento público. Acho que Vaca Muerta mesmo é um projeto que talvez dispense esse tipo de financiamento", disse o ministro, conforme noticiado pela Agência Brasil.

"Por mais que o governo brasileiro possa dar apoio político e sinalizar solidariedade ao governo argentino com relação à renegociação da dívida com o FMI, a possibilidade do governo brasileiro de encontrar outros aportes para Argentina, nesse momento, é muito pequena", observa Cordeiro.

O apoio, no entanto, ganhou contornos práticos nesta quinta-feira (11), quando Haddad se encontrou com a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, no Japão, em reunião prévia ao encontro do G7. "Eu trouxe esse problema porque a Argentina é um país muito importante no mundo e, particularmente, na América do Sul. A solução para a Argentina passa pelo FMI. Se o Brasil e os EUA estiverem juntos nesse apoio, isso pode facilitar muito as coisas para a Argentina", disse Haddad na ocasião. "Ela [Yellen] até se surpreendeu por eu trazer esse assunto aqui. Uma das razões pelas quais o presidente Lula está vindo ao G7 é para tratar desse assunto. Para nós, é fundamental que esse problema seja resolvido", prosseguiu Haddad.

Com relação à garantia através do Banco do Brics para a linha de crédito entre Argentina e Brasil, Lula propôs alterar o estatuto do órgão – agora presidido por Dilma Rousseff –, uma vez que o banco do Brics atende apenas os países-membros do bloco. Outra possibilidade seria a inclusão da Argentina como integrante do bloco, uma discussão de longa data e que inclui também outros países.

"É cada vez mais comum ouvirmos discutir o fortalecimento do Brics não apenas com inclusão da Argentina, mas da Indonésia, do Irã, da Arábia Saudita", destaca Cordeiro. "Há um amadurecimento dentro das lideranças do Brics para alargar o bloco. Penso que para agosto, às vésperas da reunião na África do Sul, teremos mais novidades nesse processo", prevê.

No dia 29 deste mês, Fernando Haddad foi incumbido de levar a proposta à reunião de ministros da fazenda dos países do Brics para contemplar o acordo em discussão sobre a linha de crédito do Brasil com a Argentina. A perspectiva de integração regional e recuperação da comercialização entre países parceiros se mantém como um horizonte neste início de mandato do governo brasileiro, em disputa com a pressão do setor econômico e da mídia hegemônica em ambos os países.

"Muitas vezes é difícil resolver a questão da integração como algo mais sólido, que não se reduza a reuniões bilaterais, e que seja um trabalho permanente, sustentado e com regularidade", destaca Oroño. "Precisamos de mais vínculo permanente e cotidiano porque os problemas são pesados, especialmente no caso argentino. Mas também é um benefício para o Brasil ter um sócio que o acompanhe em seu novo protagonismo internacional."

**DATA DA NOTÍCIA: 12/05/2023**

Título: Defesa descarta delação premiada de Anderson Torres

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-05/defesa-descarta-delacao-premiada-de-anderson-torres>

A defesa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres descartou, nesta sexta-feira (12), a hipótese de seu cliente fazer um acordo de delação premiada com a Justiça. Segundo o advogado Eumar Novacki, no entanto, Torres está disposto a colaborar com as investigações acerca dos atos golpistas de 8 de janeiro.

“Não existe a possibilidade de delação. O que o Anderson vai fazer é cooperar para que se esclareça, o mais breve possível, os fatos que levaram aos odiosos atos de 8 de janeiro”, afirmou Novacki durante uma coletiva de imprensa convocada pela defesa e realizada cerca de 12 horas após o ex-ministro e ex-secretário de Justiça e Segurança Pública do Distrito Federal deixar o batalhão da Polícia Militar, onde passou quase quatro meses preso, em Brasília.

Investigado por suspeita de omissão no âmbito da apuração dos atos de 8 de janeiro, Torres foi detido em 14 de janeiro, em caráter preventivo, por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Ontem (11), Moraes autorizou que Torres fosse solto, mediante a obrigação de cumprir uma série de medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica e a entrega de seus passaportes.

Novacki elogiou a atuação do STF e do ministro Alexandre de Moraes. Segundo o advogado, a Corte adotou as medidas necessárias para conter a “escalada da violência”. E, no momento certo, se sensibilizou com os argumentos da defesa, que alegou que a manutenção da prisão de Torres já não se justificava.

“Reafirmo nosso respeito ao Supremo Tribunal Federal. Confiamos e acreditamos na Justiça”, acrescentou o advogado. “O que buscamos foi que, dentro das garantias constitucionais, ele pudesse responder ao processo em liberdade. E o ministro relator [Alexandre de Moraes] teve esta sensibilidade e, acertadamente, permitiu que ele fosse para casa”, disse Novacki antes de reafirmar que, durante o tempo em que Torres esteve preso, seu estado de saúde se deteriorou, exigindo acompanhamento psiquiátrico e medicação.

“Contamos com que ele tenha, o mais rápido possível, um reequilíbrio psicológico. Uma vez na sua casa, ele terá condições de recuperar seu equilíbrio psíquico e ajudar a defesa, mantendo o espírito de ajudar no esclarecimento célere desses odiosos atos do dia 8 de janeiro”, disse o defensor, classificando como “uma mancha na História do Brasil” as cenas de vândalos e golpistas invadindo e depredando o interior do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do STF.

De acordo com a defesa, Torres já tinha revelado à Justiça a senha de acesso a seu aparelho celular, mas “uma falha técnica conjuntural” que Novacki disse não pôde detalhar teriam impedido os peritos da Polícia Federal (PF) de acessar os dados necessários à investigação.

“Ele apresentou as senhas. Saiu na imprensa que elas estavam erradas, mas a história não é bem esta”, comentou o advogado, assegurando ter tido acesso a um laudo da PF sobre a razão de os peritos federais não terem conseguido acessar as informações salvas no aparelho do ex-ministro e em banco de dados remotos, mas que, por se tratar de um documento sigiloso, não poderia fornecer mais detalhes aos jornalistas. ““Estamos à disposição [do ministro Alexandre de Moraes] caso ele queira designar um perito para ir até o Anderson Torres, que irá colaborar, buscando acessar e abrir suas contas com o máximo de celeridade.”



### **DATA DA NOTÍCIA: 12/05/2023**

Título: Presidente da Colômbia alerta para possível golpe militar no país

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/12/presidente-da-colombia-alerta-para-possivel-golpe-militar-no-pais>

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, alertou nessa quinta (11) para um possível golpe de Estado contra seu governo. Petro se manifestou nas redes sociais após um coronel da reserva insinuar, em entrevista a uma rádio, que o país deveria seguir o exemplo do Peru, onde o então presidente Pedro Castillo foi afastado do poder no ano passado. “Aqui, vamos fazer de tudo para destituir um sujeito que foi guerrilheiro”, afirmou John Marulanda, ex-diretor da Associação de Oficiais Reformados das Forças Militares da Colômbia.

“Por que eles estão planejando um golpe de Estado? Porque têm medo de que acabemos com a impunidade. Eles estão tão intimidados pela verdade que entram em desespero”, questionou pelo Twitter o presidente, que cobrou investigação sobre o caso. “Escondem judicialmente o que a sociedade já sabe: a corrupção enorme no Estado e o genocídio, a violência e o terror sobre o povo, são duas caras da mesma moeda.”

Petro é ex-guerrilheiro e combateu o Estado no passado, quando também criticou a atuação do Exército. Ele desfilou lado a lado com os chefes das Forças Armadas como seu comandante ao tomar posse como presidente em agosto do ano passado. Mas, nove meses depois, denuncia uma tentativa de golpe vinda de um militar da reserva.

### **DATA DA NOTÍCIA: 15/05/2023**

Título: CGU aponta que Bolsonaro fez uso da máquina pública durante campanha eleitoral

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/15/cgu-aponta-que-bolsonaro-fez-uso-da-maquina-publica-durante-campanha-eleitoral>

Um balanço feito pela Controladoria-Geral da União (CGU) apontou o uso da máquina pública nas eleições presidenciais do ano passado pelo então candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL). No total, foram analisados 254 processos de sigilo da administração anterior e pedidos emitidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Uma parte mostra que a liberação do empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil se concentrou justamente em outubro, no mês das eleições. O uso impróprio deste benefício é, inclusive, um dos argumentos que os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizam para tentar tornar Bolsonaro inelegível.

As informações ainda dão conta de que o cartão corporativo da Presidência da República foi utilizado para abastecimento em postos de gasolina nos mesmos dias em que Bolsonaro participou de motocicletas, onde fez campanha eleitoral.

A quebra de sigilo do governo anterior foi uma das pautas de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que saiu vitorioso da disputa eleitoral. Agora, segundo o próprio ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, o governo pretende expandir o uso da Lei de Acesso à Informação. "A gente vai cumprir a LAI em nível muito mais intenso do que no governo anterior", disse em entrevista à Folha de S. Paulo.

Na próxima semana, o governo Lula deve anunciar novas medidas para aprimorar a Lei de Acesso à Informação. Uma delas é a reclassificação das informações consideradas reservadas pelo Comissão Mista de Reavaliação de Informação, que atua como uma das instâncias de análise dos documentos.

### **DATA DA NOTÍCIA: 16/05/2023**

Título: Bolsonaro presta depoimento de 3h sobre fraude em dados de vacinação

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-deixa-a-pf-apos-depoimento-de-3h-sobre-fraude-em-dados-de-vacinacao/>

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) finalizou na tarde desta terça-feira 16, na sede da Polícia Federal em Brasília, seu depoimento sobre um suposto esquema de adulteração de cartões de vacinação. O ex-capitão teria se beneficiado da fraude. A oitiva durou cerca de três horas.

Os investigadores buscam saber se Bolsonaro tinha conhecimento do esquema e se partiu dele a ordem para incluir no sistema do Ministério da Saúde os dados falsos sobre a imunização contra a Covid-19. As informações foram apagadas dias depois.

O ex-presidente foi alvo de uma operação de busca e apreensão deflagrada pela PF em 3 de maio. Na ocasião, o celular de Bolsonaro foi apreendido.

Naquele dia, seis pessoas foram presas na Operação Venire, entre elas o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e o ex-sargento do Bope Max Guilherme, ex-assessor.

Além de Bolsonaro e da filha Laura Bolsonaro, foram emitidos certificados de vacinação com dados falsos em nome de Cid, da esposa dele e das três filhas do casal.

A enfermeira Cláudia Helena Acosta Rodrigues da Silva, chefe da Central de Vacinação de Duque de Caxias (RJ), afirmou em depoimento à PF ter emprestado sua senha para o secretário de Governo da cidade, João Brecha, apagar os registros de vacinação do ex-presidente. Silva disse ter compartilhado sua senha por não ver "qualquer má-fé" no pedido do secretário e acreditar que a mudança nos dados seria "idônea".

A informação inserida no sistema em 21 de dezembro de 2022 é de que Bolsonaro teria tomado duas doses de vacina (em agosto e em outubro). Em 22 de dezembro, um certificado de vacinação do ex-capitão foi emitido dentro do Palácio do Planalto. Cinco dias depois, após uma nova emissão, o usuário em nome da servidora apagou o registro do sistema, sob a justificativa de um "erro". Cláudia Silva declarou à PF não conhecer João Brecha pessoalmente e sustentou que o pedido para ajudá-lo partiu de sua chefe, a secretária de Saúde, Célia Serrano.

Mauro Cid e Max Guilherme são suspeitos de inserir informações falsas entre novembro de 2021 e dezembro de 2022 a fim de emitir certificados de vacinação para viajar aos Estados Unidos.

**DATA DA NOTÍCIA: 16/05/2023**

Título: TSE cassa mandato de Deltan Dallagnol

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/tse-cassa-mandato-de-deltan-dallagnol.ghtml>

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indeferiu nesta terça-feira o registro de candidatura do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR). Na prática, isso significa a cassação do mandato. Pela decisão, os votos recebidos por Deltan serão destinados ao seu partido. A decisão deve ser cumprida imediatamente. Deltan ainda poderá apresentar recurso ao próprio TSE e ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas já sem mandato.

A decisão foi tomada por unanimidade. Todos os ministros seguiram a posição do relator, ministro Benedito Gonçalves, que considerou que Deltan pediu exoneração do cargo de procurador para evitar uma eventual punição administrativa, que poderia torná-lo inelegível.

— Constata-se, assim, que o recorrido agiu para fraudar a lei, uma vez que praticou, de forma capciosa e deliberada, uma série de atos para obstar processos administrativos disciplinares contra si e, portanto, elidir a inelegibilidade — afirmou Gonçalves em seu voto.

A decisão foi baseada na Lei da Ficha Limpa, que determina que são inelegíveis por oito anos os magistrados e membros do Ministério Público que "tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar".

Após a apresentação do voto do relator, que durou cerca de 50 minutos, os demais ministros informaram apenas que não iriam divergir, sem apresentar votos separados. Assim, seguiram Gonçalves o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, e os ministros Cármen Lúcia, Carlos Horbach, Nunes Marques, Raul Araújo e Sérgio Banhos.

O pedido de cassação foi apresentado pela federação PT, PCdoB e PV e pelo PMN. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) rejeitou o pedido, mas os partidos recorreram ao TSE.

**DATA DA NOTÍCIA: 16/05/2023**

Título: Governabilidade de Lula: Lira cobra emendas para deputados, mas líder na Câmara minimiza crise

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/16/governabilidade-de-lula-lira-cobra-emendas-para-deputados-mas-lider-na-camara-minimiza-crise>

Arthur Lira (PP-AL) foi chamado para uma reunião no Palácio do Planalto há duas semanas para discutir a dificuldade do governo em negociar com os deputados federais e colocar em votação as pautas eleitas nas urnas em 2022. Na ocasião, o presidente da Câmara dos Deputados disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que os parlamentares não esperam do governo mais cargos para a formação da base no Congresso. Eles querem verbas do Orçamento federal.

O Palácio do Planalto tem negociado com os deputados federais desde o início do governo, via Arthur Lira e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Lula, no entanto, não pretende abrir mão de ter um papel decisivo na destinação orçamentária e nem deixar a torneira aberta para o Congresso, como fez o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que ficou refém dos parlamentares.

A pedra no caminho do governo é o esquema do orçamento secreto, manipulado via emendas de relator. As emendas foram criadas em 2019 a partir de projeto de iniciativa de Jair Bolsonaro, que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, deixando os deputados livres para movimentar dinheiro em seus territórios.

Desde 2020, então, a Câmara dos Deputados passou a negociar com o Palácio do Planalto com o orçamento embaixo do braço, utilizando os recursos da União para fomentar suas bases eleitorais e garantir maior influência local durante as eleições de 2022.

Apesar da resistência de Lula à prática, o governo decidiu ceder aos apelos de Arthur Lira e à sanha dos deputados por dinheiro. Uma semana após a reclamação do presidente da Câmara, o governo liberou R\$ 700 milhões em emendas.

Na última segunda-feira (15), em entrevista à BandNewsTV, Lira criticou o Palácio do Planalto, mesmo após a liberação das emendas. "Eu apelo que o governo precisa descentralizar, confiar e delegar, para melhorar a articulação política. Enquanto o governo não descentralizar, as coisas não vão andar. O governo está muito centralizado no PT e precisa abrir mão de espaços para outros partidos."

Na mesma entrevista, Lira disse que Lula "deve focar em diminuir desigualdades e nas pautas sociais e não no debate ideológico".

Para a cientista política Tathiana Chicarino, o presidente da Câmara é resistente a outro modelo de negociação entre o governo e a Casa, que garantia a manutenção da governabilidade no país antes de Jair Bolsonaro. "O Lira tem tido um papel nos últimos anos de controlador do orçamento. Diferente de outros governos, em que o presidencialismo de coalizão se dava pela divisão dos espaços de poder em ministérios e cargos de segundo escalão em estatais, o que vemos agora é uma composição do governo que depende da destinação orçamentária", explicou ela, que é professora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e da PUC-SP.

Para além das questões orçamentárias, Chicarino vê dificuldades político-ideológicas para o governo. "Isso reflete o resultado eleitoral de 2022. Embora o PT tenha tido uma bancada grande, a oposição também é bastante grande e muito articulada, especialmente em torno do presidente da Câmara, o Arthur Lira. Então, essa dificuldade já era esperada, justamente por conta da composição dos partidos. Temos, portanto, um Congresso de direita."

Líder do PT na Câmara dos Deputados, Zeca Dirceu (PT-PR) minimizou a adversidade entre o Palácio do Planalto e os parlamentares. "A dificuldade que o governo enfrenta não é do tamanho que parece ser, é muito menor. Todo governo novo enfrenta uma série de

dificuldades para se organizar e começar a funcionar. Eu sinto que aqui no Congresso há uma insatisfação, não é tão grande quanto parece e nem pelos rumos da articulação política, ou pelas políticas públicas que o presidente Lula está desenvolvendo. Pelo contrário, há uma satisfação pelas entregas, que melhoram a vida do povo."

O petista reconhece que a solução passa por colocar mais dinheiro na mão dos deputados mimados por Bolsonaro. "Onde está a insatisfação? Na velocidade e amplitude da execução orçamentária, que a montagem do governo e delegação dos cargos está ocorrendo. Uma insatisfação mais por velocidade e amplitude, do que por rumo adotado. Está fácil do governo equacionar."

Para Chicarino, o imbróglio pode se estender. "Vai demorar um tempo para que isso se acomode. Devemos ter um governo um pouco instável, diferente dos dois primeiros de Lula e o primeiro da Dilma, lembrando que só no segundo governo de Dilma que essa coalizão começou a mostrar rachas. Nós temos algumas pessoas no governo que são muito boas em fazer essa articulação, alguns parlamentares muito experientes, mas Lira também tem essa expertise", alerta a cientista política.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 17/05/2023**

Título: Em primeiro teste do arcabouço, Câmara aprova com folga regime de urgência

Fonte pesquisada: <https://www.folha.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/camara-aprova-regime-de-urgencia-para-projeto-do-arcabouco-fiscal.shtml>

Em um primeiro teste de apoio dos parlamentares ao novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Câmara dos Deputados aprovou por 367 votos a 102 a urgência do projeto de lei complementar que cria novas regras para a gestão das contas públicas.

O placar expressivo da aprovação vai na direção do desejo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de reunir um quórum de PEC (proposta de emenda à Constituição) para a aprovação do novo arcabouço. Uma mudança constitucional precisa do apoio de 308 deputados —número superado com folga na votação desta quarta.

O governo teve o respaldo do PT e de siglas como PC do B, PSD, MDB, União Brasil, PSDB e Cidadania. Apesar do apoio expressivo, dois partidos da base aliada de Lula orientaram contra a urgência: PSOL e Rede.

Já o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro deu 29 votos favoráveis, apesar da orientação contrária do partido.

O regime de urgência ainda não é a votação do mérito e significa, na prática, que o texto ganha precedência na tramitação em relação a outros projetos em andamento na Casa. A proposta é uma das prioridades da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na última segunda-feira (15), representantes do governo e lideranças partidárias acertaram que a apreciação do conteúdo do novo arcabouço ocorrerá na semana que vem. Se aprovado, o texto ainda precisa passar pelo Senado.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou nesta

quarta que o PSD deve ficar com a relatoria do texto no Senado. A sigla é a maior da Casa, com 16 membros. Ele citou os nomes do líder, Otto Alencar (PSD-BA), e do senador Omar Aziz (PSD-AM), que presidiu a CPI da Covid.

O relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), apresentou seu parecer com mudanças que buscam endurecer a regra, como a inclusão de gatilhos de ajuste das contas em caso de descumprimento das metas e o enxugamento da lista de despesas que ficarão fora do novo limite de gastos. Entre os gatilhos está a proibição à concessão de novas renúncias fiscais e à adoção de medidas que impliquem reajuste de despesa obrigatória acima da inflação.

Por outro lado, Cajado blindou algumas despesas obrigatórias do alcance desses gatilhos, como aquelas atreladas ao salário mínimo.

Havia o risco de o descumprimento da meta travar a política de valorização do salário mínimo, que assegura correção do piso nacional pela inflação mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. A pedido de Lula, porém, o relatório diz expressamente que a política não será impactada pelos gatilhos.

Lula também pediu proteção às despesas com o programa Bolsa Família, e Cajado chegou a dizer que elas ficariam blindadas. Hoje, no entanto, não há uma política de reajuste para os benefícios do programa social. Com isso, em caso de descumprimento da meta fiscal, no ano seguinte o Bolsa só poderá ser corrigido pela inflação.

O relator também decidiu conceder na largada uma expansão maior dos gastos em 2024, primeiro ano de vigência da nova regra. O limite vai crescer 2,5% acima da inflação, teto da margem estabelecida no marco fiscal (que é de 0,6% a 2,5% ao ano).

Líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) elogiou o relator do texto e disse que ele "teve uma paciência do tamanho da paciência do ministro Haddad" para dialogar com todos os partidos.

"Frente ao fim do teto de gastos, nós precisamos de um novo regime fiscal para garantir estabilidade, previsibilidade e readquirir a confiança no Brasil perante o mundo e os agentes econômicos", afirmou.

Após a aprovação da urgência, Cajado disse que os parlamentares que votaram a favor nessa etapa podem não estar totalmente satisfeitos com o conteúdo do texto, mas avaliou que o resultado demonstrou consciência sobre a necessidade de aprovar o arcabouço.

"Obviamente que ninguém aqui vai dizer: 'eu saio super satisfeito'. Mas minimamente satisfeito me parece que todos pensam dessa forma, porque a demonstração no painel fala por si própria", disse.

Segundo ele, os próximos dias até a votação permitirão maior "amadurecimento do texto", embora ressalte que isso não significa certeza de novas mudanças. "Minha opção é manter o texto como está", disse.

Cajado alertou ainda que o desafio do novo governo é buscar as receitas necessárias para conciliar o novo patamar de despesas e a meta de zerar o déficit já em 2024, pois isso significa ter uma arrecadação no mesmo valor dos gastos.

"Nós temos aqui a convicção de que existe um consenso na Casa de que votação de matéria que eleve a atual carga tributária é difícil de ser aprovada", afirmou.

Ainda assim, ele considera a regra factível. "As conversas e tratativas que eu pessoalmente tive, vários líderes tiveram com os representantes do governo, nós deixamos claro o que terá

que ser feito, e esse é o desafio do governo, um esforço enorme para fazer um aumento de arrecadação. É possível que isso aconteça", disse o relator.

O parecer teve uma boa receptividade até mesmo entre membros da oposição. Segundo integrantes do PL, o apoio de 29 parlamentares da sigla à urgência do arcabouço pode ser igual ou até maior na votação da próxima semana. A avaliação é que Cajado conseguiu "melhorar" o que foi apresentado pelo governo.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 20/05/2023**

Título: Bolsonaro enviou R\$ 675 mil ao EUA em dezembro de 2022; valor equivale a 75% de seu dinheiro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/20/bolsonaro-enviou-r-675-mil-ao-eua-em-dezembro-de-2022-valor-equivale-a-75-de-seu-dinheiro>

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) enviou 75% do valor em dinheiro que mantinha em um banco no Brasil aos EUA, em dezembro de 2022, após ser derrotado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nas eleições do ano passado.

Dos R\$ 907 mil em dinheiro depositado em bancos, que Bolsonaro declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2022, o ex-presidente transferiu R\$ 675 mil para o BB Americas, filial do Banco do Brasil em solo estadunidense.

Ex-ministro de Comunicações e advogado de Bolsonaro, Fabio Wajngarten explicou que o ex-presidente transferiu os recursos pois não confia na condução da economia do governo petista. A conta nos EUA foi descoberta pela Polícia Federal durante as investigações sobre as irregularidades em cartões de vacina de Bolsonaro, sua família e assessores mais próximos, como o ex-ajudante de ordens do ex-presidente, Mauro Cid.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 23/05/2023**

Título: Câmara aprova novo arcabouço fiscal

Fonte pesquisada: <https://exame.com/brasil/>

Link da notícia:

<https://exame.com/brasil/camara-aprova-novo-arcabouco-fiscal/>

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 23, o texto do projeto de lei do Regime Fiscal Sustentável -- também conhecido como novo arcabouço fiscal --, que estabelece novas regras para a gestão das contas públicas. Foram 372 votos a favor da aprovação e 108 contrários. Agora, deputados votarão os destaques -- instrumento legislativo que permite mudanças ao texto diretamente no plenário.

A nova regra fiscal foi enviada pelo governo ao Congresso em abril e substitui o atual teto de gastos, um mecanismo que limita o crescimento de grande parte das despesas da União à inflação.

Com a aprovação na Câmara, o projeto segue para análise no Senado. Na manhã desta terça-feira, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), disse a jornalistas que vai apresentar um pedido de urgência para acelerar a votação do projeto também na Casa Alta. Caso aprovado o requerimento de urgência, o projeto será analisado diretamente pelo plenário do Senado, sem passar pelas comissões da Casa legislativa.

## **DATA DA NOTÍCIA: 24/05/2023**

Título: Comissão do Congresso aprova MP que esvazia Ministérios do Meio Ambiente e Povos Indígenas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/24/comissao-do-congresso-aprova-mp-que-esvazia-ministerios-do-meio-ambiente-e-povos-indigenas>

A Comissão Mista criada no Congresso para discutir a Medida Provisória (MP) que criou a estrutura de ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aprovou nesta quarta-feira (24) um parecer favorável a uma proposta que tira força das pastas do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, entre outras.

Na prática, os parlamentares que conduziram a elaboração do texto sugerem alterações relevantes na estrutura de diversos ministérios. A proposta aprovada pela Comissão Mista terá de passar ainda pelos plenários da Câmara e do Senado.

Caso a discussão e aprovação do texto não aconteçam nas duas Casas até a próxima semana, a Medida Provisória (MP) que criou toda a estrutura ministerial do governo perde a validade, já que MPs precisam ser aprovadas pelo Congresso em até 120 dias.

O texto aprovado tem alterações relevantes em relação ao que foi proposto pelo governo. Sob o comando do deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL), a comissão tirou do Ministério dos Povos Indígenas a responsabilidade sobre reconhecimento e demarcação de terras indígenas. A atribuição passa para o Ministério da Justiça.

A decisão foi criticada pela ministra Sonia Guajajara, em nota oficial publicada no site da pasta dos Povos Indígenas. O texto afirma que as mudanças vão contra as propostas do Governo de tratar os povos indígenas "com a devida importância e relevância que merecem, respeitando a Constituição Federal de 1988".

Em outro ponto do parecer aprovado pela comissão do Congresso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) deixa de ser responsável pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), documento público obrigatório para todo tipo de propriedade rural. A atribuição passa para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O CAR é usado para mapeamento de grilagem de terras e controle de áreas desmatadas.

O MMA também deixa de ter o controle de diferentes sistemas de informação, que passam para o Ministério das Cidades. São eles o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Outra atribuição que deixa de ser do Ministério do Ambiente é a gestão da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que, segundo a proposta, passará a ficar sob controle da pasta de Integração e Desenvolvimento Regional.



"Estão depenando o Ministério do Meio Ambiente. O povo brasileiro elegeu o presidente Lula, mas parece que o Congresso quer reeditar o governo Bolsonaro. Tirar as competências do Ministério do Meio Ambiente vai minar a credibilidade do país no exterior. Isso será um tiro no pé do agronegócio brasileiro", disse a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao jornal O Globo, antes mesmo da aprovação do texto.

Outra alteração de destaque no texto aprovado pela Comissão Mista está a autorização para extinção da Fundação Nacional da Saúde (Funasa). Nesse caso, os Ministérios das Cidades, da Gestão e da Saúde ficariam responsáveis pelas atribuições antes dadas à Federação.

## **DATA DA NOTÍCIA: 25/05/2023**

Título: Governo da Colômbia e ELN prorrogam diálogos de paz em Havana até junho

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/25/governo-da-colombia-e-eln-prorrogam-dialogos-de-paz-em-havana-ate-junho>

As delegações do governo da Colômbia e do grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN) decidiram nesta quinta-feira (25) estender o terceiro ciclo da mesa de diálogos até o dia 8 de junho. Originalmente, estava previsto que essa rodada dos Diálogos de Paz, que ocorrem em Havana, capital de Cuba, durasse aproximadamente um mês, com o término programado para o dia 1º do próximo mês.

Em nota, as partes afirmaram que as negociações "vêm adiantando positivamente seu trabalho" e justificaram a prorrogação do prazo de término mencionando "a importância dos temas da agenda que está sendo desenvolvida, [como] a participação da sociedade no processo de construção da paz cessar-fogo e as ações e dinâmicas humanitárias".

Essa rodada de conversas ocorre em Cuba, um dos países garantidores do processo, desde o dia 2 de maio. Anteriormente, as partes já estiveram na Venezuela, em novembro de 2022, e no México, em março deste ano.

Não foi a primeira vez que o cronograma do terceiro ciclo de diálogos foi alterado. Em maio, o ELN solicitou uma "pausa" nas conversas alegando que necessitava esclarecer declarações do presidente colombiano Gustavo Petro nas quais ele supostamente questionava a natureza política da insurgência da guerrilha.

De acordo com informações publicadas pela agência de notícias Efe, em uma reunião entre Petro e membros do alto escalão das Forças Armadas colombianas, o presidente teria questionado a liderança dos comandantes do ELN que participam das negociações de paz e afirmado que o principal objetivo da guerrilha seriam "economias ilícitas".

Naquela ocasião, o negociador-chefe do ELN, Pablo Beltrán, exigiu esclarecimentos sobre as observações de Petro como condição para a continuidade das negociações.

"Se a mesa de negociações está dizendo uma coisa e o presidente está dizendo outra, nós estamos no meio e o que estamos pedindo é uma explicação", argumentou o representante da guerrilha.

Alguns dias depois, em comunicado conjunto emitido no dia 17 de maio, as delegações anunciaram a retomada das negociações e que haviam tomado essa decisão "após uma troca inicial de esclarecimentos" que culminaram na reafirmação do "caráter político" das conversas e da classificação do ELN "como uma organização rebelde armada".

## **DATA DA NOTÍCIA: 25/05/2023**

Título: Câmara aprova arcabouço fiscal mais rígido; confira os principais pontos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/25/camara-aprova-arcabouco-fiscal-mais-rigido-confira-os-principais-pontos>

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (24) a votação do projeto do novo arcabouço fiscal (NAF) da União. O NAF deve substituir o Teto de Gastos. Ele agora será analisado pelo Senado antes de seguir para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O texto aprovado na Câmara é diferente do encaminhado pelo governo ao Congresso. Contém modificações feitas pelo deputado relator da proposta, Claudio Cajado (PP-BA).

Cajado incluiu regras no arcabouço que tornam o controle de gastos mais rígido. Alguns parlamentares tentaram rever essas regras durante a votação de destaques da proposta na quarta. Porém, todos esses destaques foram rejeitados pela maioria dos deputados.

O governo também propôs estabelecer um aumento mínimo de 0,6% ao ano e máximo de 2,5% ao ano para as despesas, independentemente da arrecadação. Isso garantiria o funcionamento dos serviços públicos e evitaria gastos exagerados em períodos de alto crescimento. Essa ideia também foi mantida.

O governo queria que esses limites fossem considerados na elaboração dos Orçamentos anuais. O relatório de Cajado aprovado na Câmara tornou o controle mais rígido. Agora, os limites de gastos serão calculados independentemente do orçamento. Além disso, o governo estipulou metas de superávit no projeto do NAF. Caso elas não sejam cumpridas, o limite de aumento de gastos cai para 50% e depois 30% do aumento da arrecadação. O projeto aprovado na Câmara também prevê que o descumprimento da meta de superávit pode configurar infração à Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê a cassação de mandatos e até a prisão de políticos.

Cajado, em compensação, abriu a possibilidade para que gastos do governo com o aumento do salário mínimo não estejam sujeitos às regras do NAF. Mas ficou proibido o aumento real de despesas públicas obrigatórias da União caso as metas de superávit primário não sejam cumpridas.

Outra nova restrição proposta por Cajado é que concursos públicos da União sejam proibidos quando as metas de superávit não sejam cumpridas. A proposta de Cajado também proíbe o governo de conceder aumentos reais de salários a servidores públicos da União.

## **DATA DA NOTÍCIA: 25/05/2023**

Título: Embaixador da Venezuela entrega credenciais a Lula e formaliza restabelecimento de relações

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/25/embaixador-da-venezuela-entrega-credenciais-a-lula-e-formaliza-restabelecimento-de-relacoes>

O novo embaixador da Venezuela no Brasil, Manuel Vadell, entregou na tarde desta quarta-feira (24) suas credenciais diplomáticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em ato que formalizou o restabelecimento de relações entre os dois países.

Vadell havia sido nomeado pelo presidente venezuelano, Nicolás Maduro, ainda em dezembro de 2022, antes mesmo da posse de Lula. Após a cerimônia, Maduro afirmou que a normalização de relações entre Brasil e Venezuela é "um grande passo" que constitui "um novo ponto de partida para a consolidação da união entre ambos povos irmãos".

A presença de um novo embaixador venezuelano no Brasil encerra um período de três anos em que o país vizinho não teve seus representantes diplomáticos reconhecidos pelo governo brasileiro. Isso porque o governo anterior do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) havia decidido reconhecer o governo paralelo de Juan Guaidó e, por consequência, seus aliados como diplomatas legítimos.

A chegada de Lula à Presidência colocou fim a uma política de hostilidades contra Caracas iniciada pelo governo Bolsonaro, que incluiu o fechamento da embaixada brasileira na Venezuela e a expulsão de diplomatas venezuelanos no Brasil.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores venezuelano afirmou que a vitória de Lula nas eleições "permitiu o restabelecimento das relações diplomáticas direcionadas pela luta por uma nova ordem mundial baseada no respeito à autodeterminação dos povos".

O Brasil, por sua vez, mantém desde janeiro um encarregado de negócios na Venezuela para reabrir a embaixada e reativar os serviços consulares. O diplomata Flávio Macieira conversou com exclusividade com o Brasil de Fato em março e defendeu a reaproximação entre os dois países.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 28/05/2023**

Título: Bolívia propõe criação de bloco para reunir presidentes e líderes indígenas da Amazônia

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/meio-ambiente/80910/bolivia-propoe-criacao-de-bloco-para-reunir-presidentes-e-lideres-indigenas-da-amazonia>

O Governo da Bolívia anunciou que irá propor a criação de um novo bloco de integração entre os países da Amazônia, que reúna não só os presidentes das diferentes nações que compartilham território amazônico como também líderes de povos indígenas presentes na região.

O responsável pela iniciativa é o vice-ministro de Relações Exteriores da Bolívia, Freddy Mamani, que a descreveu como "um mecanismo para que os presidentes da Amazônia e os

líderes dos povos indígenas amazônicos enfrentem de forma articulada, e no mais alto nível, os riscos que ameaçam a biodiversidade e os recursos da bacia amazônica”.

“A Bolívia está muito preocupada com o que está acontecendo na região amazônica, principalmente pela grande biodiversidade que temos, nossas florestas, recursos hídricos e nossos povos indígenas”, afirmou Mamani.

O vice-chanceler boliviano acrescentou que a participação de lideranças indígenas nesse bloco seria um diferencial importante, pois “reforçaria que os presidentes da América do Sul reconhecem os povos indígenas amazônicos como guardiões da biodiversidade, das florestas, seus saberes e práticas tradicionais, que essas são essenciais para combater as diferentes crises que o planeta, e que esses líderes devem ser tratados como iguais pelos nossos governantes”.

Segundo o canal TeleSur, a Bolívia pretende apresentar oficialmente a ideia de criação do novo bloco durante a cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que será realizada em agosto, no Brasil.

Entretanto, o tema poderia ser abordado também nesta terça-feira (30/05), quando os presidentes da América do Sul devem se reunir em Brasília, a convite do mandatário brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, para discutir a possibilidade de relançamento da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Apesar de a questão amazônica não ser o principal tema do encontro, a imprensa boliviana acredita que o presidente do país, Luis Arce, aproveitará a ocasião para conversar sobre o tema com Lula e com outros chefes de Estado de países da OTCA.

A Bolívia também pretende apresentar seu projeto durante a 28ª Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP28), programada para novembro e dezembro deste ano, em Dubai, nos Emirados Árabes.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 28/05/2023**

Título: Justiça peruana admite recurso para anular destituição de ex-presidente Pedro Castillo

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80904/justica-peruana-admite-recurso-para-anular-destituicao-de-ex-presidente-pedro-castillo>

A 3ª Sala do Tribunal Constitucional de Lima anunciou, na noite deste sábado (27/05), que foi aceita a tramitação de um recurso de amparo apresentado pelos advogados defensores de Pedro Castillo para anular o processo que levou à sua destituição como presidente do Peru.

Segundo os magistrados, o recurso apresentado cumpre os requisitos de admissibilidade para tramitação. Também se determinou que o Congresso Nacional peruano (unicameral), que decretou a destituição de Castillo, terá 10 dias para apresentar suas alegações sobre o caso.

Segundo o diário peruano La República, não foi colocado caráter de urgência no processo, razão pela qual a decisão sobre a procedência do recurso será tomada em audiência marcada para o dia 23 de junho. Além do prazo para as alegações do Congresso Nacional, o Tribunal

Constitucional também programou um depoimento de Castillo, a ser realizado no mesmo dia 23 de junho, através de videoconferência.

Pedro Castillo se encontra preso desde 7 de dezembro de 2022, mesmo dia em que o Congresso peruano decretou sua destituição, ao aprovar a moção de vacância [processo similar ao impeachment no Brasil] apresentada pela oposição duas semanas antes. Desde então, o Peru passou a ser governado por Dina Boluarte, que era sua vice-presidente.

Naquele mesmo dia, Castillo chegou a publicar um decreto para dissolver o parlamento e instalar um governo de exceção no país, mas a medida não foi acatada pelos demais poderes. Em função disso, o ex-mandatário acabou preso, sob a acusação de atentar contra a ordem institucional. O recurso apresentado pelos seus advogados, porém, alega que a destituição aprovada pelo Congresso foi ilegal, pois não teria sido comprovado o objeto da denúncia contra Castillo.

A moção de vacância apresentada pela bancada do partido fujimorista Força Popular, e aprovada no dia 7 de dezembro, acusava o ex-mandatário de “incapacidade moral” para exercer a Presidência, mas era baseada em denúncias de supostos atos de corrupção contra Castillo e seus familiares, que tramitavam na Justiça mas que ainda não haviam tido uma sentença condenatória.

Caso o Tribunal considere procedente o recurso da defesa, a destituição de Castillo poderia ser anulada, o que, em princípio, deveria resultar em sua saída da prisão e recondução à Presidência do Peru. Porém, além desse recurso, o ex-presidente enfrenta outros processos na Justiça, não somente por atentar contra a ordem institucional, mas também por possíveis casos de corrupção.

A detenção de Castillo foi determinada por decisão da Corte Suprema de Justiça do Peru, que aplicou pena de 18 meses da prisão preventiva. Portanto, para que o mandato de Castillo seja restituído, é preciso também uma nova decisão do máximo tribunal da Justiça peruana, anulando a prisão preventiva que ele cumpre atualmente.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 29/05/2023**

Título: STF forma maioria para tornar réus mais 131 golpistas de 8 de janeiro: já são 1175

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/29/stf-forma-maioria-para-tornar-reus-mais-131-golpistas-de-8-de-janeiro-ja-sao-1175>

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram nesta segunda-feira (29) que mais 131 acusados de envolvimento nos ataques golpistas de 8 de janeiro em Brasília se tornarão réus. Com isso, já são 1175 pessoas que enfrentarão julgamento pela violência na Praça dos Três Poderes. Esta foi a sexta leva de acusados que tiveram as denúncias analisadas e aceitas pelo Supremo.

Mais uma vez, apenas os ministros André Mendonça e Nunes Marques, indicados por Jair Bolsonaro (PL) para a Corte, divergiram do entendimento do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso. Até a tarde desta segunda-feira, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Edson Fachin,

Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber tinham depositado seus votos acompanhando Moraes.

Essas discussões acontecem no plenário virtual do Supremo, sem discussão presencial ou por videoconferência. No caso das denúncias contra os 131 acusados que fazem parte desta sexta leva, o prazo para que os ministros depositem (ou ajustem) seus votos vai até as 23h59 desta segunda.

Todos os acusados que têm os casos analisados foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por participação direta nos atos golpistas ou por incitação e financiamento dos ataques. No total, a PGR apontou indícios de crimes contra 1.390 pessoas.

A partir da aceitação das denúncias pelo STF, cada pessoa se tornará ré de ação penal, e poderá apresentar suas estratégias de defesa no decorrer dos processos.

### **DATA DA NOTÍCIA: 29/05/2023**

Título: Com Maduro, Lula critica sanções dos EUA contra Venezuela e defende expansão do Brics

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/29/com-maduro-lula-critica-sancoes-dos-eua-contra-venezuela-e-defende-expansao-do-brics>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu nesta segunda-feira (29) o mandatário da Venezuela, Nicolás Maduro, em Brasília. Ambos se reuniram de forma privada e, em seguida, com ministros dos dois governos na primeira visita de um presidente venezuelano ao Brasil desde 2015.

Após a reunião, Lula classificou o encontro como um "momento histórico" e afirmou que os países buscam uma "integração plena" em diversas áreas. Não houve, no entanto, assinatura de acordos bilaterais até o fechamento desta reportagem.

"Eu espero que a relação entre Brasil e Venezuela não seja apenas uma relação comercial, ela pode ser política, cultural, econômica, de ciência e tecnologia, entre as nossas juventudes, entre as nossas universidades, entre nossas Forças Armadas, trabalhando juntas na fronteira para combater o narcotráfico em toda a fronteira", afirmou o petista.

O presidente brasileiro ainda criticou o bloqueio imposto pelos EUA contra a Venezuela e disse que é inexplicável que "um país tenha 900 sanções só porque um outro país não gosta dele".

"Eu sempre acho que um bloqueio é pior do que uma guerra. Porque uma guerra mata soldados, mas um bloqueio mata crianças, mata pessoas que não tem nada a ver com que está em jogo", afirmou.

Maduro também fez críticas à política externa dos EUA em relação à Venezuela e disse que "o mundo que está nascendo não deve estar marcado por sanções e pela pressão do dólar".

Os presidentes também mencionaram a reativação de convênios econômicos e energéticos. Maduro afirmou que a Venezuela está pronta para reativar o fornecimento de energia elétrica a Roraima, único estado brasileiro que não está conectado com o sistema nacional de

energia. Maduro voltou a mencionar o setor privado do Brasil ao falar da crise econômica no país. Entre 2014 e 2022, estima-se que a Venezuela tenha perdido cerca de 75% do PIB após entrar em recessão e sofrer as consequências das sanções impostas por Washington contra sua indústria petrolífera.

Lula, por sua vez, ao falar em integração econômica, aproveitou para criticar o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), apontado como responsável pela diminuição do fluxo comercial entre Brasil e Venezuela. Durante os primeiros mandatos de Lula, o saldo comercial entre os dois países atingiu recordes, como por exemplo o registrado em 2008, quando as exportações brasileiras para o país vizinho ultrapassaram os US\$ 5 bilhões. Entre 2017 e 2022, a balança comercial entre Brasil e Venezuela chegou aos níveis mais baixos dos últimos 20 anos, menores até do que as cifras do último mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os presidentes também foram questionados sobre a possibilidade do ingresso da Venezuela nos Brics. Ambos disseram que o assunto não foi tratado na reunião, mas Maduro expressou que o país tem intenções de solicitar a entrada e Lula disse que, pessoalmente, é favorável. Maduro, por sua vez, classificou o Brics como um "elemento avançado" na construção do que chamou de "mundo novo, multipolar" e destacou, principalmente, as possibilidades de articulações financeiras dentro do bloco.

A Maduro, o presidente Lula afirmou que caberia aos venezuelanos construir uma "outra narrativa" para enfrentar o que chamou de "preconceito" contra o país vizinho.

"O Maduro sabe qual foi a narrativa que construíram contra a Venezuela. Durante muitos anos o Celso Amorim e eu andávamos pelo mundo explicando que [a Venezuela] não era do jeito que diziam que era. Eu vou a lugares que as pessoas nem sabem onde fica a Venezuela, mas sabem que lá tem um 'problema de democracia'", disse.

Lula destacou que a "narrativa" de Maduro seria "infinidamente melhor do que a que eles tem contado sobre você".

"Está nas suas mãos construir sua narrativa e virar esse jogo para que a gente possa vencer definitivamente e a Venezuela possa voltar a ser um país soberano, onde somente seu povo, através de eleições livres, diga quem vai governar esse país. Nossos adversários vão ter que pedir desculpas pelo estrago que fizeram na Venezuela", afirmou.

Lula ainda disse que conversou com outros países sobre a possibilidade do fim do bloqueio e criticou o ex-deputado Juan Guaidó, dizendo que achava "a coisa mais absurda do mundo, para pessoas que defendem a democracia, negarem que você [Maduro] era presidente da Venezuela, tendo sido eleito pelo povo, e um cidadão que foi eleito deputado, ser reconhecido como presidente". O presidente ainda afirmou que existe um "preconceito contra a Venezuela" e disse que advogou pela liberação das reservas de ouro que pertencem ao Estado venezuelano, mas que estão retidas no Banco da Inglaterra.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 30/05/2023**

Título: Câmara aprova texto-base do marco temporal sobre demarcação de terras indígenas

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/camara-aprova-marco-temporal-sobre-demarcacao-de-terras-indigenas.ghtml>

A Câmara aprovou nesta terça-feira, por 283 votos a 155, o texto-base do projeto de lei que estabelece um marco temporal para terras indígenas. Após a análise de destaques, o texto será encaminhado para o Senado. O projeto teve intensa mobilização contrária de ambientalistas e defensores dos direitos dos indígenas, que chegaram a promover bloqueios em estradas e mobilizaram artistas internacionais contra a medida.

A votação representa mais um sinal de fragilidade da base do governo. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), orientou contra o texto durante a votação e disse que o Poder Executivo queria adiar a discussão, sinalizando um acordo para isso. Momentos antes de votar, no entanto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o governo não deu garantia de que iria cumprir o acordo.

A iniciativa define o ano de 1988, quando a Constituição foi promulgada, como marco para demarcação de terras indígenas. Opositores do projeto avaliam que usar o ano como marco seria retroceder em relação às terras conquistadas.

O marco temporal estabelece que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

Defensores da proposta dizem que a medida traz segurança jurídica ao campo, evitando que proprietários de terras tenham suas terras reivindicadas futuramente. Já os críticos à proposta, por sua vez, argumentam que ao estabelecer uma data específica a Câmara ignora o histórico de perseguição aos indígenas, que foram dizimados e expulsos de suas terras;

Segundo especialistas, a aprovação no projeto, caso passe também pelo Senado e seja sancionado, suspende processos de demarcações em análise e coloca em risco áreas já demarcadas, que poderão ser contestadas na Justiça;

A votação na Câmara tenta se antecipar ao julgamento no STF na semana que vem, que analisa a questão com base em uma disputa de terra em Santa Catarina.

O líder do governo reconheceu que a base estava desunida na votação, mas orientou contra.

– Eu queria me dirigir a este Plenário para reconhecer a divergência que existe na base do governo. Porém, todo o esforço foi feito nas últimas 48 horas. Eu me empenhei particularmente para buscarmos o consenso e esta matéria não ir a voto. Eu entendo que nós não poderíamos votar uma matéria que, para mim, é cláusula pétrea da Constituição, através de um projeto de lei – disse Guimarães.

#### **DATA DA NOTÍCIA: 30/05/2023**

Título: Parlamento chileno aprova aumento de salário mínimo; resultado vem depois de derrota de Boric

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/30/parlamento-chileno-aprova-aumento-de-salario-minimo-resultado-vem-depois-de-derrota-de-boric>



O Parlamento chileno aprovou nesta segunda-feira (29) o projeto que reajusta gradualmente o salário mínimo mensal até 500 mil pesos chilenos e que inclui um subsídio para micro, pequenas e médias empresas (PMEs). O resultado vem depois de Gabriel Boric, atual presidente do Chile, ter sido derrotado na eleição do comitê que irá redigir nova proposta de Constituição no país.

“Este projeto ampliou benefícios, cumpriu os compromissos que assinamos e acrescentou uma extensão de benefícios às PMEs”, disse o ministro da Fazenda, Mario Marcel.

A ministra do Trabalho, Jeannette Jara, acrescentou que durante a tramitação da iniciativa “foi esclarecida a grande maioria das dúvidas que surgiram”.

A proposta foi encaminhada ao Congresso pelo governo de Gabriel Boric em abril passado, após acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), principal sindicato do país. O reajuste foi aprovado na Câmara dos Deputados após várias semanas de intensas negociações entre o Executivo, a oposição e o empresariado.

A nova legislação estabelece um aumento gradual do salário mínimo de 410 mil pesos para 440 mil até maio de 2023, depois para 460 mil em setembro de 2023 e, finalmente, para 500 mil - cerca de US\$ 623 dólares - a partir de 1º de julho de 2024. Este é o segundo aumento do salário mínimo alcançado pelo Executivo chileno, após reajuste de 14,3% em maio de 2022, o maior em 25 anos.

O Chile tem um dos maiores salários mínimos da América Latina, porém, está longe dos principais países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

## **DATA DA NOTÍCIA: 31/05/2023**

Título: Bolsa Família: Câmara aprova medida provisória que recriou programa; texto vai para o Senado

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/31/bolsa-familia-camara-aprova-medida-provisoria-que-recriou-programa-texto-vai-para-o-senado>

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (30), a Medida Provisória (MP) 1164/23, editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que recriou o programa Bolsa Família e extinguiu o Auxílio Brasil.

Além de garantir R\$ 600 por família e mais R\$ 150 para aquelas com crianças de zero a seis anos, o texto elaborado pelo relator da MP, deputado Dr. Francisco (PT-PI), incluiu a Medida Provisória 1155/23. Esta MP estabelece um complemento aos beneficiários do programa Auxílio Gás dos Brasileiros para manter o valor igual ao preço integral do botijão de gás.

O deputado Dr. Francisco afirmou que a inclusão do benefício se deve ao “alto custo do gás de cozinha também tem feito a população carente buscar alternativas menos eficientes para cocção dos alimentos, como o uso da lenha, o que acaba causando problemas de saúde”. Agora, a votação da MP segue para tramitação no Senado. O presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) já afirmou que os senadores farão um esforço para aprovar a medida antes do fim da validade.

"Aguardamos a Câmara apreciar. Tão logo aprecie, nós vamos votar no Senado dentro do prazo, ainda que tenhamos que avançar noite adentro para poder apreciar dentro do prazo. Vamos ter que fazer um grande esforço de presença, independente do horário, para entregar essas medidas do governo através dessas MPs à sociedade brasileira", disse.

### **DATA DA NOTÍCIA: 31/05/2023**

Título: Após encontro sul-americano, Petro anuncia regresso da Colômbia à Unasul

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80958/apos-encontro-sul-americano-petro-anuncia-regresso-da-colombia-a-unasul>

Dez líderes da América do Sul se encontraram nesta terça-feira (30/05) em Brasília após convite do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. A iniciativa teve como propósito discutir novos rumos para a integração regional, focando na retomada da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Ainda na noite de terça, após o encontro, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, anunciou que o país irá regressar ao bloco, do qual saiu em 2018 durante a gestão direitista do ex-presidente Iván Duque.

Pelo Twitter, Petro comunicou a decisão e disse que solicitou que a Unasul passe a se chamar "Associação de Nações Sul-Americanas" para, segundo ele, "garantir o pluralismo e a permanência ao longo do tempo".

"Decidi reintegrar o país à Unasul, ratificando o tratado aprovado pelo Congresso por meio de lei, e solicitei que seja chamada de Associação de Nações Sul-Americanas para garantir o pluralismo e a permanência ao longo do tempo", afirmou.

Em 2018, o então presidente Duque saiu da Unasul defendendo que a Colômbia auxiliasse no fortalecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, diferente do bloco sul-americano, tem a liderança dos Estados Unidos. Atualmente, a Unasul é formada por Argentina, Bolívia, Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela. Buenos Aires e Brasília anunciaram o retorno ao bloco no início de abril deste ano.

Na terça, durante o encontro com os líderes da região, Petro manifestou que a América Latina precisa estar "unida, ser uma voz unificada, porque tem um grande potencial, tem em suas mãos, em seu próprio território, várias das soluções mais importantes à crise integral que a humanidade vive hoje. Esta reunião deve esclarecer esse papel".

A reunião convocada por Lula teve como fundo a retomada da integração e de defesa ao legado da Unasul. O presidente brasileiro, inclusive, apresentou aos colegas 10 propostas que poderiam ser discutidas na cúpula para impulsionar a cooperação.

Os presidentes que estiveram na reunião: Alberto Fernández (Argentina), Luís Arce (Bolívia), Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia), Guillermo Lasso (Equador), Irfaan Ali (Guiana), Mário Abdo Benítez (Paraguai), Chan Santokhi (Suriname), Luís Lacalle Pou (Uruguai) e Nicolás Maduro (Venezuela) para uma reunião no Palácio Itamaraty, em Brasília. A única mandatária ausente é Dina Boluarte (Peru), que enfrenta impedimentos

constitucionais e será representada pelo presidente do Conselho de Ministros, Alberto Otárola.

### **DATA DA NOTÍCIA: 31/05/2023**

Título: Em declaração com Maduro, Lula condena sanções e se oferece para mediar diálogos com oposição

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/31/em-declaracao-com-maduro-lula-condena-sancoes-e-se-oferece-para-mediador-dialogos-com-oposicao>

Os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinaram nesta terça-feira (30) acordos na área de cooperação, agricultura e uma declaração conjunta contendo diversos pontos sobre as relações entre os países.

No documento, os mandatários voltaram a condenar as "medidas coercitivas unilaterais aplicadas contra países soberanos" e "ressaltaram que, no caso da Venezuela, essas medidas cobram um alto preço ao povo do país, prejudicando a estabilidade, o desenvolvimento, a paz social e o diálogo político". Lula ainda incentivou a reativação dos diálogos entre governo e oposição da Venezuela, paralisados desde outubro do ano passado, e ofereceu ao Brasil mediar as negociações. "[O presidente] reafirmou a disposição de seu Governo de facilitar o entendimento entre as forças políticas venezuelanas", diz o documento.

O presidente brasileiro ainda mencionou "a importância da implementação do acordo social e humanitário adotado pelas forças venezuelanas em novembro passado e a necessidade de os recursos venezuelanos congelados no exterior serem liberados".

Na última rodada de diálogos que ocorreu no México, a oposição havia se comprometido a liberar mais de US\$ 3 bilhões que pertencem ao Estado venezuelano, mas que estão bloqueados no exterior. Os recursos seriam destinados a um fundo de investimentos em setores sociais que seria gerido pela ONU. O governo venezuelano, no entanto, denuncia que a oposição não cumpriu o acordo e os recursos seguem congelados.

Ainda segundo o documento, os presidentes citaram a situação de emergência vivida pelo povo Yanomami na fronteira entre os dois países e falaram em combater a "grilagem ilegal nos territórios fronteiriços". Maduro e Lula também sinalizaram os avanços para a realização de uma cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), "mecanismo com importância histórica para atender as condições da região amazônica e que deve ser priorizado para o desenvolvimento de projetos conjuntos dos países amazônicos".

Dois acordos também foram firmados por Lula e Maduro nesta terça-feira. O primeiro prevê a criação de um mecanismo para supervisionar o andamento dos projetos de cooperação entre os países e será encabeçado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Já o segundo diz respeito à parcerias na área alimentar e é mais direto ao afirmar que ambos os países poderão levar a cabo projetos nas áreas de "desenvolvimento da produção familiar, urbana, periurbana e comunal", "produção primária em setores estratégicos [como] milho, mandioca, café, cana de açúcar, cítricos, bananas e outros", "produção de soja" e "produção de sementes de alto valor estratégico".